

# DESENVOLVIMENTO NÃO SE COMPRA

15 teses correntes sobre a política de desenvolvimento e as razões, pelas quais elas são questionáveis do ponto de vista liberal

Rainer Erkens

Junho de 2007



## Índice

|   |    |
|---|----|
| Introdução  | 5  |
| Tese I: É possível comprar o desenvolvimento  | 13 |
| Tese II: O desenvolvimento deve vir de fora   | 15 |
| Tese III: Os países pobres são pobres, porque os países ricos são ricos   | 18 |
| Tese IV: As elites domésticas são a única causa da situação dos países em desenvolvimento                         | 21 |
| Tese V: Os países em desenvolvimento continuam pobres, por mais que se esforcem                                   | 24 |
| Tese VI: Os países em desenvolvimento são tão pobres que não podem ajudar a si mesmos                             | 27 |
| Tese VII: O objetivo da política de desenvolvimento é o desenvolvimento   | 31 |
| Tese VIII: A solidariedade com os países em desenvolvimento consiste em distribuir dinheiro                       | 34 |
| Tese IX: Quem fala em voz alta do "combate à pobreza", ajuda os pobres  | 36 |
| Tese X: A política de desenvolvimento não pode afetar as outras culturas e as identidades nacionais               | 45 |
| Tese XI: Os países em desenvolvimento sofrem com a globalização   | 49 |
| Tese XII: A democratização no Terceiro Mundo conduz automaticamente ao desenvolvimento                            | 53 |
| Tese XIII: Sem um perdão total e incondicional das dívidas o Terceiro Mundo não se desenvolverá                   | 59 |
| Tese XIV: O Terceiro Mundo se desenvolverá a partir do fim do protecionismo comercial dos países industrializados | 62 |
| Tese XV: Quem quer ajudar os países em desenvolvimento, suspende a ajuda ao desenvolvimento                       | 65 |
| Siglas  | 71 |



## Introdução

Em setembro de 2000 os chefes de governo e de Estado de 147 países do mundo assinaram na sede das Nações Unidas em Nova Iorque uma declaração por ocasião da mudança do milênio (*United Nations Millennium Declaration*). Entre outros objetivos, eles assumiram nessa declaração o compromisso de reduzir até 2015 à metade a parcela de pessoas da população mundial que precisa viver com menos de um dólar norte-americano por dia.<sup>1</sup>

Nos anos anteriores, findo o conflito entre o Leste e o Oeste, a política de desenvolvimento passara por uma considerável perda de significado. Resultados pouco convincentes de quatro décadas de ajuda estatal para o desenvolvimento, bem como o rápido crescimento econômico tinham conduzido a uma situação, na qual a ajuda ao desenvolvimento era considerada cada vez mais um modelo em vias de extinção. Quando muito, a política de desenvolvimento ainda se afigurava o remédio para um número continuamente minguante de casos especialmente teimosos, sobretudo na África, América Central e Oceania.

Para um número cada vez maior de pessoas, a mensagem "Pão para o mundo" praticamente não dizia mais nada, pois há muito tempo o pão na mesa não desempenha mais o papel principal. Por isso o cientista político alemão Franz Nuscheler lamentou em 2001 que a política de desenvolvimento estaria em uma crise de falta de sentido e legitimação. Haveria um crescente pessimismo com relação a medidas de ajuda. A ajuda não ajudaria, as concepções até agora existentes da ajuda ao desenvolvimento teriam fracassado.<sup>2</sup> Ao constatar isso, Nuscheler não era uma voz isolada.

Nessa situação, a Declaração do Milênio das Nações Unidas provou ser uma verdadeira fonte de juventude para a política de desenvolvimento. Entrementes a política de desenvolvimento é vista novamente para muitos políticos como instrumento imprescindível na realização dos oito objetivos definidos na Declaração da ONU (*Millennium Development Goals* ou MDGs), dentre eles o primeiro, o já mencionado *combate à pobreza*. O combate à pobreza já se transformou num gigantesco projeto internacional. Novamente foram formuladas orientações internacionalmente válidas, muito mais ambiciosas

---

1 Cf. [www.un.org/millenniumgoals/](http://www.un.org/millenniumgoals/)

2 Cf. Franz Nuscheler. *Halbierung der absoluten Armut: die entwicklungspolitische Nagelprobe*, em: *Aus Politik und Zeitgeschichte*, B 18-19/2001, p. 6-12 (o argumento aqui referido encontra-se na p. 6).

do que os planos anteriores. Não esqueçamos nesse contexto a afirmação de William Easterly, segundo a qual a política de desenvolvimento foi nas décadas passadas o túmulo de objetivos ambiciosos. Assim a ONU decidira já em 1977 que até 1990 todas as pessoas deveriam ter acesso  água potável. Em 1990 a ONU marcou para 2000 um ndice de 100% de matricla de todas as crianças em idade escolar no ensino primário. Agora os dois objetivos foram incluídos novamente no catálogo de desejos dos MDGs, dessa vez datados para 2015.<sup>3</sup>

As estatísticas disponíveis em 2007, no momento da redação do presente texto, apontam para o fato de que talvez os objetivos pré-fixados para 2015 poderiam ser atingidos em escala mundial. Assim o Banco Mundial pde chamar no seu Relatório Anual para 2007 a atenção ao fato de que só entre 1999 e 2004 o percentual dos pobres caiu de 22 a 18%. Isso significou que nesse ano 135 milhões de pessoas escaparam  pobreza absoluta. Podemos partir da hipótese de que os defensores da ajuda estatal para o desenvolvimento creditaro esse êxito na sua conta. Mas na realidade a redução da pobreza em escala mundial praticamente não tem a ver com a ajuda para o desenvolvimento, mas com o fato de que num número cada vez maior de países a *economia de mercado e a globalização* conduzem a um crescimento maior e com isso é redução da pobreza.<sup>4</sup> De acordo com dados fornecidos pela OCDE, o montante da ajuda estatal para o desenvolvimento diminuiu novamente em 2006 com relação ao ano anterior em mais de 5%, apesar de todas as promessas em contrário. Além disso inclui-se entrementes na ajuda para o desenvolvimento também o perdão da dívida para vários países, embora isso seja criticado por especialistas.<sup>5</sup>

Um simples *olhar de relance sobre os fatos* desautoriza expectativas exageradas diante da ajuda ao desenvolvimento. Com efeito, segundo as indicações da OCDE um total de aprox. 69 bilhões de dólares foram para os orçamentos de ajuda pública ao desenvolvimento dos 22 países denominados como doadores de auxílios. Parte desse dinheiro de qualquer modo fica nos países da OCDE, para cobrir as despesas com tarefas administrativas, a aquisição de equipamentos, custos de pessoal e gastos em relações públicas. Os recursos remanescentes distribuem-se entre os 139 países beneficiários de todos os continentes. Por um lado, 32 países receberam em 2003 ajuda ao

---

3 William Easterly. *The White Man's Burden. Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done so Much Ill and so Little Good*. Nova Iorque, 2006, p. 9 s.

4 The Worldbank: Global Monitoring Report 2007. *Confronting the Challenges of Gender Equality and Fragile States*, Washington 2007, p. 40 s.

5 Cf. [www.oecd.org/document/17/0,2340,en\\_2649\\_34447\\_38341265\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/17/0,2340,en_2649_34447_38341265_1_1_1_1,00.html)

desenvolvimento no volume de ao menos 500 milhões de dólares, mas fora da África, do Caribe e da Oceania a ajuda ao desenvolvimento – medida pela respectiva renda nacional bruta – tem uma dimensão digna de menção em apenas poucos países. Em média, a ajuda ao desenvolvimento fez em 2003 apenas 1,16% da respectiva renda nacional bruta nos países beneficiários.<sup>6</sup> Diante de tais dados seria atrevimento esperar da ajuda ao desenvolvimento a contribuição decisiva para a realização dos ambiciosos objetivos estabelecidos pelas Nações Unidas.

Não obstante, a política de desenvolvimento dos últimos anos encontra novamente um interesse sensivelmente maior, também sob a deixa “política estrutural global”. Nesse tocante, a discussão em torno da política de desenvolvimento concentra-se, hoje como no passado, em primeiro lugar na ajuda ao desenvolvimento. Mas a política de desenvolvimento deveria ser mais do que a concessão de ajuda ao desenvolvimento. Assim e.g. as questões de comércio internacional e regional, de paz e segurança ou a ordem interna dos países em desenvolvimento são há muito tempo aspectos essenciais do debate em torno da política de desenvolvimento. No entanto, a discussão internacional nos meios de comunicação gira permanentemente em torno do *montante* dos recursos financeiros para o desenvolvimento, isto é, em torno da pergunta, quem deve receber quanto e quem deve pagar quanto.

Depois do recuo mundial do volume da ajuda ao desenvolvimento nos anos 90, desde a virada do milênio um volume maior de recursos já está novamente à disposição da cooperação para o desenvolvimento. Além disso se pede de diversos lados um aumento continuado da ajuda ao desenvolvimento para os próximos anos. Mesmo políticos de Estados-membros da OCDE, que apresentam problemas no orçamento público, não podem ou não querem subtrair-se aos pedidos de mais ajuda ao desenvolvimento e prometem publicamente um aumento dos respectivos orçamentos para os próximos anos. Resta esperar para saber se tais promessas públicas efetivamente serão cumpridas. Do ponto de vista liberal, é mais importante que no debate em torno da ajuda ao desenvolvimento não se esqueça *a pergunta pelo seu sentido, pela sua eficácia e seus efeitos*. Por isso a presente contribuição não desconsiderará as discussões da política do dia-a-dia, mas bordará em primeiro plano os problemas fundamentais da atual política de desenvolvimento. *Com mais dinheiro, esses problemas não diminuem, mas talvez se acirrem ainda mais.*

---

6 Todos os dados mencionados foram extraídos do site da OCDE: [www.oecd.org](http://www.oecd.org), especialmente do *Development Cooperation 2004 Report* e seus anexos estatísticos.

A presente contribuição visa lançar luz sobre algumas das hipóteses subjacentes à política de desenvolvimento, muitas vezes tácitas. Em seguida serão tratados alguns campos temáticos do debate em torno da política de desenvolvimento, tais como o *combate à pobreza*, o nexo entre *desenvolvimento e democracia*, o significado de *fatores culturais*, o *endividamento* dos países em desenvolvimento e a *redução do protecionismo*. Por fim será discutida a pergunta, se a política de desenvolvimento, em que pesem todas as críticas que ela merece, não pode cumprir *tarefas que fazem sentido*.

Em cada caso, serão apresentadas na forma de teses concisas concepções correntes de política de desenvolvimento e seus diversos aspectos, posteriormente comentadas de uma perspectiva crítica de matriz liberal. Aqui não se trata de mostrar apenas o que nas opiniões correntes é duvidoso, problemático ou mesmo errado. Isso já é insatisfatório diante do fato da política de desenvolvimento estar envolvida num constante *processo de aprendizado*. Continua válida a descoberta de Stefan A. Mustos de 1984, de que a "palavra de ordem da política de desenvolvimento" é mudada a cada dez anos.<sup>7</sup> É auspicioso que as "palavras de ordem" atualmente usadas ainda deixam a desejar sob vários aspectos, do ponto de vista liberal; consideradas na sua totalidade, porém, as posições liberais entrementes encontram uma ressonância nitidamente maior no debate em torno da política de desenvolvimento do que no passado. Nas últimas décadas, a política de desenvolvimento demonstrou possuir um elevado grau de *capacidade de aprendizagem*.<sup>8</sup>

Por isso, o autor da presente contribuição tentará mostrar, ao lado da análise de erros cometidos, também perspectivas e alternativas liberais que devem impulsionar ainda mais o processo de discussão em torno da política de desenvolvimento.

Liberais partem do argumento de que indivíduos, grupos e Estados em princípio deveriam estar em condições de solucionar seus problemas com seus próprios recursos. Em contrapartida, *subsídios no longo prazo* e a tutela permanente – também e justamente se concedidos com intenções nobres, como no caso da ajuda ao desenvolvimento –, produzem *relações de dependência*.

---

7 Stefan A. Musto. *Entwicklungspolitik am Scheideweg*, em: liberal 3/84, p.43-50 (a citação referida encontra-se na p. 43). O leitor encontra uma boa sinopse das "palavras de ordem" das décadas passadas em William Easterly. *The Elusive Quest for Growth. Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics*. Cambridge/Massachusetts, 2002.

8 Cf. a respeito disso Rainer Erkens. *Irrwege und Chancen der Entwicklungspolitik in Afrika. Eine liberale Perspektive*. Berlim, 2006 (Coleção *Argumente der Freiheit 17 da Fundação Friedrich Naumann*), p.77 ss.

Contrariam um conceito liberal de desenvolvimento, que visa a emancipação e autodeterminação, e contrariam uma compreensão liberal da dignidade humana. Não pode viver com dignidade quem depende permanentemente da caridade alheia. Por isso a ajuda ao desenvolvimento deve ser *temporariamente limitada*, do ponto de vista liberal. Isso, por sua vez, exige que os resultados obtidos sempre sejam medidos e testados com vistas ao efetivo desenvolvimento por eles gerado. Para liberais, desenvolvimento é sinônimo de maior bem-estar e maior seguridade social para os habitantes de países em desenvolvimento, mais possibilidades de configuração e mais opções na vida cotidiana, uma maior participação das pessoas em processos sociais, em decisões políticas, bem como na economia e na cultura. Para tal, a *democracia liberal*, o império do direito e a *economia de mercado* oferecem as condições gerais adequadas. Do ponto de vista liberal, o seu fomento deve ser um dos interesses centrais da ajuda para o desenvolvimento.

Estudos empíricos mostram que sem um *crescimento econômico sustentável* por um período mais prolongado não pode haver nenhum desenvolvimento. Por isso o fomento do crescimento econômico também faz parte das tarefas mais importantes da política de desenvolvimento. O crescimento econômico pressupõe que os habitantes de países em desenvolvimento disponham de um *espaço livre suficientemente amplo para a atividade econômica* e que a propriedade seja protegida. Hoje, como no passado, porém, o debate em torno da política de desenvolvimento padece de um estranho receio em formular esse fato tão evidente com a devida clareza.

De resto, a simples escolha das palavras já nos leva a um verdadeiro campo minado na política de desenvolvimento, como sempre, quando se trata de *transferências de recursos financeiros* entre doadores e beneficiários. Nas próximas quinze teses será necessário abordar mais de perto algumas palavras e concepções especialmente controvertidas. Mas já o conceito "países em desenvolvimento" é problemático. Será que é realmente adequado classificar Madagascar, Costa Rica, Timor Leste e Equador, Tailândia e o Iêmen indistintamente sob o rótulo "países em desenvolvimento"? Para poupar ao leitor longas e penosas discussões especializadas sobre a *definição* correta do conceito "países em desenvolvimento", serão denominados "países em desenvolvimento" nesse trabalho aqueles 139 Estados do planeta que, de acordo com as indicações da OCDE, receberam em 2003 ajuda pública dos Estados-membros da OCDE.<sup>9</sup>

---

9 Cf. a respeito dessas categorias e dos países que lhes devem ser subsumidos a *DAC List of Aid Recipients as of 1 January 2003*, em: [www.oecd.org/dataoecd/35/9/2488552.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/35/9/2488552.pdf)

Sumamente problemático, o conceito "Terceiro Mundo" será usado – doravante sem aspas – como sinônimo de "países em desenvolvimento". Seu uso atende a necessidade da variação estilística, não a proclamação de uma mensagem ideológica. São denominados *doadores* aqueles 22 países, que integram juntamente com a Comissão da União Européia (EU) o *Development Assistance Cooperation Directorate* (DAC) da OCDE. Por isso, serão designados a seguir abreviadamente, como países da OCDE.<sup>10</sup>

Acrescem o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e os bancos regionais de desenvolvimento, que também desempenham um papel na ajuda ao desenvolvimento. Alternativamente ao termo *doador*, mas sem a intenção de vincular a ele uma mensagem ideológica, serão usados os termos *países da OCDE*, *países industrializados* e *Primeiro Mundo*.

Falta constatar ainda que a presente contribuição trata de ajuda pública ao desenvolvimento, não de ajuda privada. Alguns problemas são similares na ajuda pública e na ajuda privada ao desenvolvimento, mas há uma diferença substancial entre se os cidadãos colocam o seu dinheiro individual e voluntariamente à disposição de uma organização privada, que depois utiliza-o para financiar projetos de política de desenvolvimento, ou se instituições estatais transferem ao Terceiro Mundo dinheiro financiado com recursos oriundos de impostos cobrados. A generosidade privada assenta no princípio do caráter voluntário e da decisão pessoal de cada indivíduo, não carecendo de permissão nem devendo submeter-se ao exame crítico de uma instância externa.<sup>11</sup>

Diferentemente, a solidariedade obrigatória decretada pelo Estado e a expensas de terceiros, dos contribuintes nos países industrializados, exige um elevado grau de controle e carece de justificativa. Isso vale para a ação no âmbito dos estados nacionais assim como para a política de desenvolvimento.

---

10 A denominação não é inteiramente correta, pois a OCDE é integrada por um total de 30 países, dos quais apenas 22 são membros do DAC. Os membros restantes, e.g. a Turquia, a Coreia e a Islândia, ao lado de países em transição da Europa Central e Oriental, prestaram em 2003 uma ajuda ao desenvolvimento com recursos do erário público no valor de apenas 0,5 bilhões de dólares. Entrementes o México também se tornou membro da OCDE, prestando ajuda ao desenvolvimento em proporções modestas. Sobre os dados e os fatos, cf. o Relatório da OCDE sobre o Desenvolvimento 2004, em: [www.oecd.org](http://www.oecd.org)

11 Cf. nesse tocante o livro fundamental de Tibor Machan. *Generosity. Virtue in Civil Society*. Washington, 1998.

Duas observações se fazem necessárias no fim dessa introdução. Em primeiro lugar, a presente brochura é a versão revisada e atualizada em português de um texto originalmente escrito em alemão, pela qual o autor agradece ao tradutor Sr. Peter Naumann. Em segundo lugar, as teses e posições registradas representam a opinião do autor, não necessariamente da *Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit* [Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade]. Eventuais erros também devem ser creditados ao autor, não à *Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit*.

Rainer Erkens

São Paulo, junho de 2007



*"O próprio fato da existência da pobreza e miséria não seria uma prova contra o liberalismo nem se o mundo hoje promoveria uma política liberal; continuaria, não obstante, ainda em aberto a pergunta, se com uma política diferente a pobreza e a necessidade não seriam maiores [...]. O que o liberalismo e o capitalismo fizeram, podemos reconhecer quando comparamos o presente com o estado na Idade Média ou nos primeiros séculos da Idade Moderna. O que eles poderiam fazer, caso não fossem perturbados, só podemos inferir por meio de reflexões teóricas".<sup>12</sup>*

## **Tese I: É possível comprar o desenvolvimento**

Embora de modo não explícito, a tese, segundo a qual o desenvolvimento pode ser comprado, subjaz a toda a política de desenvolvimento. Mas um simples olhar sobre os fatos nos deveria mostrar o absurdo das *expectativas excessivas* diante da ajuda ao desenvolvimento. De acordo com os dados fornecidos pela OCDE, a África recebeu em 2003 recursos para desenvolvimento num montante total de aprox. 23,75 bilhões de dólares.<sup>13</sup> Isso já foi um pico histórico. Há quinze anos, a República Federal da Alemanha transfere anualmente valores três a quatro vezes superiores para os novos estados da federação, embora seu número de habitantes tenha apenas aprox. 2% dos habitantes da África subsaariana e os resultados das transferências serem tendencialmente questionáveis.

Mesmo quem acredita que se pode comprar o desenvolvimento, enfrenta dificuldades na apresentação das provas, quando precisa fundamentar por que nem 24 bilhões de dólares por ano bastariam para "desenvolver" um continente como a África com mais de 700 milhões de habitantes. Mas isso não impede as instâncias responsáveis pela política de desenvolvimento de denominar a ajuda ao desenvolvimento um instrumento de "política estrutural global" e afirmar que ela permite atingir vários *objetivos ambiciosos* no mundo, do fomento da democracia e da proteção do meio ambiente até o fim da discriminação contra mulheres, passando pelo combate ao terrorismo, pela garantia da paz mundial e pela eliminação da pobreza.

Será que, por conseguinte, a saída consiste em aumentar a ajuda ao desenvolvimento? De vários lados, e.g. pela "Commission for Africa"<sup>14</sup>, dirigida

---

12 Ludwig von Mises. *Liberalismus*. Reimpressão da edição original de 1927, 3ª ed. Sankt Augustin, 2000, p. 8 s.

13 Cf. [www.oecd.org/dac/stats/dac/dcrannex](http://www.oecd.org/dac/stats/dac/dcrannex)

14 Cf. [www.commissionforafrica.org/english/report.html](http://www.commissionforafrica.org/english/report.html)

pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair, ou pelo "United Nations Millennium Project" das Nações Unidas<sup>15</sup>, mantido por Jeffrey Sachs e outros especialistas, exige-se que a ajuda ao desenvolvimento seja maciçamente aumentada. Concretamente, exige-se para a África até o ano 2015 mais do que a triplicação da ajuda ao desenvolvimento, para até 80 bilhões de dólares. Esses recursos deveriam assegurar um "Big Push", isto é, catapultar, por assim dizer, a África para o presente. Pressionado por tais exigências, o Grupo dos G8 acordou em julho de 2005 um aumento dos recursos para a África no valor de 50 bilhões de dólares até o ano 2010. Mas outros países em desenvolvimento também deverão ser beneficiados com o aumento da ajuda.

Se a solução é tão simples, remanesce a pergunta, por que não foram investidos há muito tempo mais recursos na ajuda para o desenvolvimento. Seria por avareza? Por infâmia? Ou por burrice? E por que um país como o Timor Leste – literalmente inundado com ajuda para o desenvolvimento, em comparação com o número dos seus habitantes – não consigna nenhum progresso, mas ameaça afundar no caos?<sup>16</sup>

Quem reivindica mais dinheiro para os países em desenvolvimento em regra refere-se a uma grandeza definida há muitas décadas por organizações internacionais como as Nações Unidas e desde então repetido infinitas vezes: se os países industrializados gastam 0,7% do seu PIB na ajuda para o desenvolvimento, o Terceiro Mundo haverá de desenvolver-se exitosamente. Até agora apenas poucos países, em regra de menor porte, cumprem essa orientação, que no entanto continua existindo como objetivo para muitos políticos do desenvolvimento. Muita coisa mudou no mundo desde os anos 70, mas a orientação dos 0,7% ficou. Apesar disso, ninguém mais sabe por que o divisor de águas está já há décadas inalteradamente em 0,7% e não, para citar dois exemplos, em 0,5% ou 1%.

O fato da ajuda ao desenvolvimento de momento ainda distar um bom pedaço dessa orientação de 0,7% do PIB fornece um argumento aos que como

---

15 Cf. United Nations Development Project: Investing in Development. A Practical Guide to Achieve the Millennium Development Goals, em: [www.unmillenniumproject.org](http://www.unmillenniumproject.org)

16 Desde 1999 o Timor Leste recebeu anualmente uma ajuda para o desenvolvimento por habitante, que corresponde aproximadamente à renda per capita da população. Por ocasião das festividades da independência o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, declarou que nunca o mundo estivera tão unido para ajudar uma nação pequena. Não obstante, a experiência do Timor Leste podia ser considerada em ampla escala fracassada por ocasião da redação do presente trabalho. Cf. *Armutsprobleme verursachen Chaos in Osttimor. Vorwürfe gegen die Misswirtschaft der Regierung Alkatiri*, em: Neue Zürcher Zeitung de 8 de junho de 2006.

Jeffrey Sachs reivindicam incansavelmente um aumento substancial da ajuda.<sup>17</sup> Os custos disso deveriam ser assumidos pelos habitantes dos países industrializados na forma de vários novos *impostos e taxas*. Mas liberais não acham convincente pleitear mais ajuda para o desenvolvimento, se já subsistem dúvidas justificadas com relação ao uso racional dos recursos até agora disponíveis. O que decide não é o montante dos recursos financeiros disponíveis, mas, muito pelo contrário, *os fins e as modalidades da sua utilização*. Se até agora a ajuda para o desenvolvimento no fundo não produziu nenhum ganho, a sua duplicação praticamente não mudará essa situação de modo substancial, em condições de resto iguais, pois o desenvolvimento não é necessariamente uma questão de dinheiro. A própria linguagem ajuda a compreender isso: não podemos ser desenvolvidos, mas precisamos desenvolver-nos por iniciativa própria. Isso exige que reconheçamos os nossos pontos fortes e fracos, tiremos proveito dos nossos talentos e capacidades, façamos um esforço e assumamos responsabilidade para nós e o nosso entorno.

Esse processo é penoso e exige tempo. Só será bem-sucedido se as *condições gerais* forem corretas. Fazem parte de condições gerais corretas a existência de mercados abertos, a proteção da propriedade, uma jurisdição imparcial e efetiva, bem como estruturas estatais que não sejam um obstáculo à iniciativa privada. Onde tais condições estão presentes, as pessoas têm a *oportunidade* e um *estímulo* para produzir alguma coisa e vendê-la. Mas nesse caso elas no fundo também não necessitam de ajuda para o desenvolvimento.

Quem quiser fazer crer aos habitantes do Terceiro Mundo que se pode comprar o desenvolvimento, não os encoraja a produzirem alguma coisa a partir das suas próprias possibilidades, nem a cuidarem para que as condições gerais do desenvolvimento da responsabilidade e da iniciativa próprias sejam melhoradas.

## **Tese II: O desenvolvimento deve vir de fora**

"Os ricos compreenderam: a África pode ser salva", eis a manchete do semanário alemão "Die Zeit", depois dos países do G8 terem anunciado no seu encontro na Escócia em julho de 2005 mais dinheiro para a ajuda ao desenvolvimento.<sup>18</sup> O fato do desenvolvimento só poder ser o resultado de transferências de recursos financeiros dos países industrializados é um velho credo proferido igualmente

---

17 Cf. Jeffrey Sachs. *Das Ende der Armut. Ein ökonomisches Programm für eine gerechtere Welt*. Munique, 2005.

18 *Helpen hilft doch. Die Reichen haben verstanden: Afrika kann gerettet werden*, em: Die Zeit de 7 de julho de 2005.

pelos políticos de desenvolvimento nos países da OCDE e pelos responsáveis pela política no Terceiro Mundo. Se podemos comprar o desenvolvimento – conforme afirma a Tese I –, mas os países em desenvolvimento não podem pagar o preço de compra, o dinheiro deve vir dos "ricos", isto é, dos contribuintes nos países industrializados.

A tese de que o desenvolvimento deve vir de fora emenda diretamente em velhos padrões de pensamento da tradição colonial. Há muito tempo a convicção de que os africanos, asiáticos, latino-americanos ou os habitantes da Oceania não conseguem desenvolver-se por si mesmos, mas seu desenvolvimento é o "fardo do homem branco" (Rudyard Kipling), integra o repertório padrão do pensamento ocidental. Mas esse fato hoje não é mais enunciado com a mesma clareza de um século atrás. Sentimentos de culpa, de que "nós" supostamente somos ricos porque "os outros" são tão pobres, mesclam-se aqui com imagens tradicionais da incapacidade dos habitantes do Terceiro Mundo de encontrarem com suas próprias forças uma saída da pobreza e miséria. No passado, a "civilização" dessas pessoas era tarefa dos europeus. Hoje eles devem ser "desenvolvidos".<sup>19</sup>

De tais padrões de pensamento também não está isento o lema muito citado da política de desenvolvimento, "ajuda para auto-ajuda", à medida que condiciona a auto-ajuda a uma ajuda pregressa. Naturalmente isso é um caminho confortável. Abre-se mão de esforços próprios e espera-se primeiramente pelo que os outros tem a oferecer. Só pensa que a concessão da ajuda conduz obviamente à auto-ajuda quem crê acriticamente num monitoramento estatal abrangente e na possibilidade de conformar processos sociais e o comportamento individual. Mas a realidade mostra que a ajuda sem a exigência de contrapartidas pode *enfraquecer ou mesmo destruir a motivação à auto-ajuda*. Transferências de recursos financeiros do Estado podem justamente provocar a carência de ajuda e a dependência que no fundo se pretende combater. E finalmente é questionável se as pessoas efetivamente necessitam sempre de ajuda, antes de poderem ajudar-se a si mesmas. Mas na política de desenvolvimento nem sempre as experiências, os fatos empiricamente documentados ou as leis da lógica determinam a ação, mas muitas vezes os *preconceitos*, o '*wishful thinking*' e *naturalmente também os interesses próprios das pessoas envolvidas*.

Sobretudo dois grupos se beneficiam da tese de que o desenvolvimento só é possível mediante aporte de dinheiro de fora, dos países "ricos". Em primeiro

---

19 Cf. sobre essas imagens orientadoras e a sua continuidade e.g. Sven Lindquist. *Durch das Herz der Finsternis. Ein Afrika-Reisender auf den Spuren des europäischen Völkermordes*. Frankfurt am Main/Nova Iorque, 1999.

lugar, essa receita é o método mais simples para os *responsáveis pela política* nos países beneficiários, de poupar-se o esforço próprio e derivar a atenção de seus atos falhos. Ao lado do argumento de que os países em desenvolvimento são demasiado pobres para financiarem o seu desenvolvimento, os políticos locais aduzem também o argumento de que os países em desenvolvimento seriam *vítimas das antigas potências coloniais*, que lhes deveriam, portanto, o seu desenvolvimento. Em segundo lugar, a "indústria do desenvolvimento", isto é, a pleora das instituições e organizações governamentais e não-governamentais nos países industrializados e em desenvolvimento, que atuam na ajuda ao desenvolvimento ou se ocupam dela, está entre os beneficiários da Tese II. A base da sua existência é o fluxo contínuo de recursos do Primeiro para o Terceiro Mundo.<sup>20</sup>

Em verdade a expectativa de que o desenvolvimento deveria se dar a partir de fora, coloca *estímulos falsos*. No Terceiro Mundo, os responsáveis pela política, mas também a "indústria de desenvolvimento" não precisam enveredar pelo longo e muitas vezes doloroso caminho do desenvolvimento dos seus países *por esforço próprio*, mas podem, em vez disso, distribuir o capital penosamente gerado em outros lugares do mundo entre os seus grupos-alvo e, não em último lugar, entre si mesmos. Situações negativas *in loco*, que são um obstáculo à prosperidade contra-arrestam o desenvolvimento e fomentam a pobreza, não precisam ser eliminadas, mas podem subsistir, pois seus custos são pagos para as elites nos países em desenvolvimento pelos contribuintes fora das fronteiras desses países. Em troca, perpetua-se a dependência dos doadores, mas isso até agora praticamente não foi um fardo pesado.

Com isso, uma ajuda ao desenvolvimento, concedida durante muitas décadas, freqüentemente *sem exigências dignas de menção, sem controles coerentes e muitas vezes sem a exigência de contrapartidas e demonstração de responsabilidade própria*, praticamente impediu a auto-ajuda, alegadamente intencionada pela ajuda. Assim como as receitas, que jorram em alguns países da exportação de petróleo, ela conduziu a uma *mentalidade de caçadores-de-renda* ("rent-seekers") nos países em desenvolvimento. Além disso, os políticos nos países em desenvolvimento tendem, como todas as pessoas, a lidar com o

---

20 O fato de que as instituições e organizações atuantes na política de desenvolvimento terem um interesse próprio na dotação financeira suficiente não exclui que os objetivos por elas perseguidos possam ter sentido e que muitas pessoas atuantes na "indústria do desenvolvimento" merecem todo o respeito pelo seu trabalho. O problema da "indústria do desenvolvimento" resulta menos das intenções, da atividade concreta ou do comportamento individual falho das pessoas nelas atuantes, mas do seu potencial efeito negativo sobre a sociedade em geral nos países em desenvolvimento.

dinheiro ganho por outras pessoas de modo menos parcimonioso e cuidadoso do que com o dinheiro que eles mesmo ganharam.

Por isso um dos princípios centrais da política liberal de desenvolvimento afirma que *os próprios países terceiro-mundistas e os seus habitantes são responsáveis pelo desenvolvimento*. A responsabilidade está nas mãos dos cidadãos e das cidadãs dessas sociedades, mais especificamente nas mãos de cada indivíduo. Os países em desenvolvimento não podem ser salvos por outros. Precisam salvar-se a si mesmos.

### **Tese III: Os países pobres são pobres, porque os países ricos são ricos**

A desigualdade na distribuição da renda é um traço distintivo das sociedades modernas. Ela sempre provoca um mal-estar, mas é ao mesmo tempo um importante estímulo para a competitividade, inovação e o progresso. A atratividade inalterada da Tese III em algumas esferas da sociedade assenta em duas hipóteses errôneas, estreitamente correlacionadas. A primeira hipótese afirma que a prosperidade é uma grandeza fixa, isto é, estática. De acordo com ela, a economia é um jogo de soma zero. Quem, como indivíduo ou país, se beneficia acima da média da prosperidade, forçosamente deve ter tirado alguma coisa de outros. Mas na realidade, o bem-estar cresce há muitas décadas no planeta. Com isso aumenta também o número dos beneficiários deste bem-estar crescente. Tanto em termos relativos, quanto em termos absolutos, há cada vez mais ricos no planeta e também mais pessoas que vivem bem. Em virtude do crescimento populacional, o número de pobres pode aumentar em algumas partes do mundo. Mas a sua parcela na população mundial cai continuamente, embora – e isso é peculiar – não em todos os lugares.

Uma série de países outrora pobres logrou libertar-se de uma pobreza multissecular. Eles aprenderam a aproveitar as suas oportunidades. Isso vale, por exemplo, para a maioria dos países do Extremo Oriente e do Sudeste Asiático, mas também para países como Botsuana ou o Chile. Assim em 1957, no ano da independência, a renda per capita de Gana estava no mesmo patamar da renda per capita da Coreia do Sul. Hoje a proporção é de 1:8 em benefício dos sul-coreanos. Mas nas enormes melhorias já atingidas as coisas se passam como sempre na vida: o que foi atingido é considerado, nas palavras de Hans Magnus Enzensberger, algo natural, "um padrão mínimo caído do céu, ao qual todos têm direito".<sup>21</sup>

---

21 Hans Magnus Enzensberger. *Über die unaufhaltsame Verbesserung der Welt*, em: Id.: Nomaden im Regal. Ensaios, Frankfurt am Main, 2003, p. 154–158 (a citação figura na p.155).

A segunda hipótese parte do fato de que os países ricos são ricos apenas porque exploram os países pobres. A isso subjaz uma espécie de teoria conspiracionista. Se um é rico e o outro pobre, isso só se pode dever ao fato de que o rico adquiriu a sua fortuna por vias pouco honestas e a expensas dos pobres, impedindo o pobre de enriquecer. Isso pode valer perfeitamente para a *situação interna* em alguns *países em desenvolvimento*. Em muitos países os pobres continuam pobres, pois os ricos e poderosos fazem tudo para impedir a *liberdade, o direito e a economia de mercado*. Uma política liberal de desenvolvimento deve iniciar também na contestação de tais relações anquilosadas.

Ocorre que a riqueza e a renda elevada nos países industrializados foram *geradas e ganhas pelo trabalho*, não são o resultado da exploração. Refletem em regra o alto rendimento, a disciplina, a confiabilidade, inteligência, o talento ou a ambição, não a maldade e a falta de humanidade. Mesmo se essa constatação é dolorosa para alguns: os países industrializados são ricos, pois aprenderam no decorrer dos últimos séculos a lidar de forma mais eficiente com seus recursos humanos e naturais do que outros países. Devem a sua riqueza não à exploração de outros países, mas aos esforços dos seus cidadãos, a um longo e penoso processo de aprendizagem e, não em último lugar, à luta pela liberdade e pelo direito, que lhes custou *muitos sacrifícios*. O fato de que muitos países em desenvolvimento hoje como no passado ainda não extraem nenhuma lição disso, mas continuam negando aos seus cidadãos a liberdade, o direito e a economia de mercado, praticamente não pode ser imputado aos países industrializados.

De resto, o simples interesse próprio depõe contra a teoria de que os países ricos estão interessados na pobreza de outros países. Países ricos são para outros países ricos parceiros comerciais muito mais interessantes do que países pobres. Nessa descoberta assenta toda e qualquer política de desenvolvimento para liberais, além de todas as fundamentações morais: é *vantajoso* para a Alemanha se os países até agora pobres se desenvolvem. Por isso se justifica e é um investimento em princípio racional, ajudar a esses países com ajuda para o desenvolvimento. Em 2005, as exportações alemãs para Cingapura tinham atingido um valor de 4,272 bilhões (ou seja 4.272 milhões) de euros, as exportações para a Eritréia cifraram-se em 10 milhões de euros. Uma desproporção similar vale para as importações da Alemanha. Os ganhos de prosperidade dos alemães resultantes do comércio com Cingapura são muitas vezes superiores aos do comércio com Eritréia. Por que a Alemanha

não deveria estar interessada na prosperidade da Eritréia, mas querer perpetuar a pobreza desse país?<sup>22</sup>

Com aproximadamente 2%, a participação da África no comércio mundial corresponde apenas à da Bélgica. Se a África saísse do comércio mundial, as perdas diretas da prosperidade nos países industrializados poderiam ser modestas. Os países industrializados processam a parte predominante do seu comércio exterior com outros países industrializados e o grupo dos países emergentes, que quase não podem mais ser denominados pobres. Se, porém, a África lograsse atingir por um período mais longo um forte crescimento econômico, a economia alemã indubitavelmente se beneficiaria. Os países industrializados dependem de mercados nos quais podem comercializar seus produtos. Necessitam de matérias-primas e produtos agrícolas, muitos dos quais provêm de países em desenvolvimento. Por fim os países em desenvolvimento também oferecem cada vez mais localizações, nas quais empresas de países industrializados podem produzir a custos baixos, melhorando assim a sua competitividade. Por que os países ricos, portanto, estariam interessados em manter alguns países em desenvolvimento na pobreza e perder assim *lucros advenientes da prosperidade*?

Fosse correta a afirmação de que os países industrializados são responsáveis pela pobreza dos países em desenvolvimento, praticamente também não poderíamos explicar que muitos países do Extremo Oriente e do Sudeste Asiático lograram nas últimas décadas uma ascensão tão espetacular, sem que isso tenha sido evitado pelos países industrializados da Europa e América do Norte. Muito pelo contrário: ao lado de reformas internas, justamente os *investimentos diretos do exterior*, oriundos dos países industrializados, contribuíram consideravelmente para aumentar a prosperidade na Tailândia, Malásia ou na República Popular da China. Muitos países do Terceiro Mundo são beneficiários, não vítimas da riqueza dos países industrializados, não apenas por causa das maiores oportunidades para o comércio e os investimentos, mas também por tirarem proveito das invenções e experiências feitas nos países industrializados, sem precisar gerar novamente os recursos para cobrir os custos conexos.

Um problema especial representam, porém, os *interesses particulares de grupos individuais* dos países do OCDE. Querem restringir ou mesmo abolir a concorrência pelo protecionismo comercial. Com isso eles prejudicam não apenas os países pobres. A Tese XIV discutirá esse assunto mais pormenorizadamente. Mas justamente os ramos especialmente protegidos,

---

22 Dados informados pelo Statistisches Bundesamt [Departamento Federal de Estatística], em: [www.destatis.de/download/d/aussh/rangfolge04.pdf](http://www.destatis.de/download/d/aussh/rangfolge04.pdf)

como o setor agrícola ou a indústria têxtil, há muito tempo não são mais as fontes mais importantes da prosperidade nos países industrializados, mas perdem cada vez mais em importância. Aqui o protecionismo encobre uma batalha de retaguarda. É irritante, mas os dias do protecionismo estão contados nos países industrializados. Um argumento central dos liberais afirma que em princípio todos os envolvidos se beneficiam do livre comércio. Por isso já em 1758 David Hume confessara: "não rezo apenas como ser humano, mas como cidadão inglês pelo florescimento do comércio da Alemanha, Espanha, Itália e mesmo da França".<sup>23</sup>

#### **Tese IV: As elites domésticas são a única causa da situação dos países em desenvolvimento**

Que uma parte significativa dos responsáveis pela política nos países em desenvolvimento tenha fracassado é uma constatação amplamente difundida e documentável em muitos exemplos. Com efeito, as elites não são benfeitoras nem inintencionalmente em muitas partes do Terceiro Mundo. Só em casos raríssimos elas se empenham pelo fomento da atividade econômica e do tratamento humano dos cidadãos dos seus países, já com vistas ao seu interesse próprio. Tal comportamento seria, porém, na opinião de Mancur Olson, um dos pressupostos do desenvolvimento econômico.<sup>24</sup> Ocorre que a queixa permanente sobre o fracasso dos *responsáveis pela política* em muitas partes do mundo deixa entrever o desejo de uma condução sábia do Estado, que acabaria por ordenar tudo segundo os critérios do "bem-estar da coletividade" e da "justiça social".

Mas as expectativas idealistas com relação ao altruísmo dos políticos e da atuação assim chamados "estadistas sábios" já foram desmentidas há muito tempo. Políticos carecem de uma delimitação claramente definida do seu poder, de constantes controles e estímulos, para que façam o que é correto. Quando o fazem, cabe aos cidadãos aproveitar as oportunidades e aumentar o bem-estar. Quanto menor for a margem de liberdade dos políticos, tanto menos precisaremos temer os políticos ruins.

---

23 David Hume. *Über den Argwohn im Handel*, em *Id. Politische und ökonomische Essays*. Tradução de Susanne Fischer. Editado com uma introdução por Udo Bermbach. Hamburgo, 1988, p. 251-254 (a presente citação encontra-se na p. 254).

24 Mancur Olson. *Power und Prosperity. Outgrowing Communist und Capitalist Dictatorships*. Nova Iorque, 2000.

Além disso, as atribuições unilaterais de culpa aos políticos do Terceiro Mundo, cuja atuação é estranha aos ideais dos observadores do Primeiro Mundo, e a conexas indignação moral fazem com que perguntemos demasiado pouco *por que* no fundo os políticos governam tão mal em muitos países em desenvolvimento. Afinal de contas, a maioria dos donos do poder nesses países dificilmente não seria, por sua própria natureza, mais malévola e ávida do que seus colegas em outras partes do mundo.

Na procura das razões do comportamento político falho devemos, mais uma vez, falar da ajuda ao desenvolvimento. Como já foi exposto nas Teses I e II, ela fornece *estímulos errados*. Como a ajuda ao desenvolvimento assegura aos políticos uma renda mínima, independentemente do rendimento do seu próprio trabalho, pouco se pode esperar deles quando se trata de mobilizar recursos no plano doméstico. Acresce que a dependência dos políticos no Terceiro Mundo dos *contribuintes dos seus países* é reduzida. Justamente nos países em desenvolvimento pobres a maior parte das receitas do Estado provém da ajuda ao desenvolvimento, de créditos de organizações internacionais, de receitas alfandegárias e do fomento, bem como da venda de matérias-primas e de poucos produtos agrícolas exportáveis. Em contrapartida, os cidadãos dos países em desenvolvimento não fazem nenhuma contribuição digna de menção como empresários nem como assalariados ou consumidores, para financiar as receitas do Estado. Na África a fração que as receitas oriundas de impostos detêm no PIB se cifra em 5,5% (sem a África do Sul e a Nigéria). Já na Alemanha, ele esteve em 2004 em 21,8%.<sup>25</sup> Para a América Latina a CEPAL verificou que em 2003 a participação dos impostos diretos no PIB chegou apenas a 4,5%, mas na UE esse índice perfez 16,5%.<sup>26</sup>

Para prevenir de imediato mal-entendidos: não se trata de onerar os contribuintes nos países em desenvolvimento com alíquotas mais elevadas

---

25 Cf. Kurt Pelda. *Wie Afrika durch Geld gelähmt wird. Der Schwarze Kontinent braucht nicht mehr, sondern weniger Hilfe*, em: Neue Zürcher Zeitung de 9-10 de julho de 2005. O que isso significa, fica claro num breve exame das receitas do Estado na Alemanha. Assim em 2004 não menos de 29, 2% das receitas do Estado alemão advieram do imposto sobre o exercício da profissão e do imposto sobre a renda, 23,7% do Imposto sobre o Valor Agregado), 9,4% do imposto sobre petróleo e 6,2% do imposto pago pelas empresas industriais e comerciais. Em muitos países em desenvolvimento essas fontes de impostos não cumprem um papel de alto destaque no financiamento do erário público. Mas as taxas alfandegárias especialmente importantes para alguns países terceiro-mundistas, mas contrárias ao livre comércio, contribuíram apenas na razão de 0,7% para as receitas do Estado alemão. Os dados foram obtidos da publicação do Institut der deutschen Wirtschaft, *Deutschland in Zahlen 2005*. Colônia, 2005, p. 67.

26 Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Objetivos de Desarrollo del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, 2005, p. 298.

possíveis. Podemos constatar em muitos países industrializados os resultados de leis tributárias que são inimigas do rendimento do trabalho. Muito pelo contrário, trata-se de identificar e efetivamente tributar os que com base na sua renda estariam em condições de pagar impostos.

Hoje os contribuintes nos países em desenvolvimento têm um peso apenas reduzido. Correspondentemente, os políticos praticamente não respeitam os habitantes dos países governados por eles. Aos seus olhos, os contribuintes são apenas *objeto da distribuição do dinheiro*, não *sujeito da obtenção de dinheiro*. Isso de modo nenhum se deve à ajuda ao desenvolvimento, conforme mostra justamente o olhar sobre a América Latina, na qual um número apenas reduzido de países se beneficia grandemente das vultosas transferências de recursos dos países da OCDE. Do ponto de vista liberal, a construção de sistemas tributários sólidos, eficientes e simples<sup>27</sup> deveria ser um elemento central da política de desenvolvimento em países pobres, pois isso fomenta a participação dos cidadãos no Estado e aumenta o seu interesse pelo controle dos responsáveis pela política.

Especialmente onde ela continua desempenhando um grande papel no financiamento do erário público, a ajuda ao desenvolvimento favorece ainda outras tendências negativas. Assim uma carreira política se torna interessante, quando o poder político assegura o acesso a recursos destinados ao desenvolvimento. A ajuda ao desenvolvimento conduz a uma *politização da vida*. Encoraja pessoas a ingressar na política e afirmar com todos os meios o poder uma vez conquistado, pois a distribuição de recursos gerados em outros lugares é menos fatigante do que a geração dos recursos por meio do esforço próprio. O economista norte-americano Peter J. Boettke chamou a atenção ao fato de que o empreendedorismo existe sempre e em todos os lugares e é uma "característica humana onipresente", mas as pessoas com espírito empreendedor orientam a sua atenção aos campos, nos quais esperam obter maiores lucros. Se as *regras do jogo* válidas num país prometem portanto lucros elevados aos que têm acesso a cargos públicos, as pessoas com talento empreendedor ingressarão no serviço público.<sup>28</sup> Naturalmente podemos fazer

---

27 Não obstante a discussão alemã distorcida em torno da "flat tax" justamente essa forma de tributação apresenta grandes vantagens para os países em desenvolvimento. Ela oferece neles uma oportunidade de tributar também as pessoas com renda elevada, represar a evasão fiscal e contribuir assim para uma maior justiça social. Não é por acaso que a "flat tax" encontra cada vez mais defensores em escala internacional. Cf. e.g. Martin Choren. *Unfair Competition? Slovakia's Tax Policy*. Berlim, 2006 (Friedrich-Naumann-Stiftung Occasional Paper 21).

28 Peter J. Boettke. *Von der Unmöglichkeit, kein Unternehmer zu sein. Soziale Kooperation prägt den Prozess der wirtschaftlichen Entwicklung*, in: Neue Zürcher Zeitung de 31 de dezembro de 2005/ 1º de janeiro de 2006.

afirmações semelhantes sobre as organizações e instituições atuantes na política de desenvolvimento. Também elas atraem nos países, nos quais atuam, pessoas com capacidades empreendedoras. Com isso a ajuda ao desenvolvimento impede as pessoas com espírito empreendedor de trabalhar em benefício de todos e criar empregos e bem-estar.

De resto, não é adequado ver os cidadãos dos países em desenvolvimento apenas como *vítimas indefesas de políticos infames*. Mesmo em muitos países em desenvolvimento são realizadas entrementes eleições mais ou menos livres. Quase sempre os ocupantes dos cargos ou os sucessores por eles escolhidos são confirmados nos seus postos. Em parte isso pode ser a consequência de manipulações eleitorais e de fraudes, de truques ou ameaças e às vezes também do emprego da violência. Mas apesar de todas as ruidosas queixas dos cidadãos contra a corrupção e o abuso de autoridade da respectiva liderança política, isso se deve também ao fato de apenas poucos eleitores se empenharem pela transformação das relações políticas. Muitos cidadãos aprenderam a viver com o *sistema do apadrinhamento* e a *venalidade* dos políticos e a tirar proveito disso. Não se incomodam com o comportamento falho dos políticos por eles eleitos, mas com o fato de que extraem um ganho demasiado pequeno desse comportamento falho.

Como inversamente os cidadãos em países em desenvolvimento praticamente não são chamados a financiarem o Estado, seu interesse no uso parcimonioso e transparente dos recursos públicos é reduzido. Além disso, a ajuda ao desenvolvimento cuida para que os contribuintes nos países industrializados salvem a situação, quando a economia se deteriora excessivamente. Assim a ajuda ao desenvolvimento se transforma em uma *atividade de consertar erros no local*, no qual eles surgem. Os cidadãos dos países em desenvolvimento não precisam expor-se ao *risco* de incômodos ou represálias, chamando as suas lideranças à responsabilidade nas eleições. Tornam-se reféns nas mãos dos responsáveis pela política. Quanto pior o governo de um país, quanto maior o número de pobres e miseráveis, tanto mais motivos haverá para reivindicar o pagamento de ajuda ao desenvolvimento.

## **Tese V: Os países em desenvolvimento continuam pobres, por mais que se esforcem**

A velha e conhecida tese, de que os países em desenvolvimento estão condenados independentemente dos seus próprios esforços e sem culpa própria à pobreza eterna, foi popularizada novamente por Jeffrey Sachs e pelo "United Nations Millennium Project" em 2005. Eles utilizam aqui o conceito da

armadilha da pobreza ("poverty trap"). Segundo ele, países em desenvolvimento pobres, mesmo quando se esforçam imensamente e implementam reformas de modo corajoso, praticamente não conseguem melhorar a sua posição. Só um aumento maciço da ajuda ao desenvolvimento lhes permitiria romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento e da pobreza.<sup>29</sup>

Essa concepção fatalista não é apenas suspeita por evocar novos encargos para a "indústria do desenvolvimento", que naturalmente se beneficiaria de modo considerável de uma ajuda maciçamente aumentada da ajuda para o desenvolvimento. Ela também não pode ser documentada empiricamente. Nos últimos anos países como a República Popular da China, a Índia, Malásia, o Chile ou ao Botsuana realizaram *grandes progressos* no aumento do bem-estar e da eliminação da pobreza. De acordo com dados fornecidos pela ONU, o segmento de pobres na população mundial foi reduzido nos anos de 1990 a 2001 na razão de um quarto, de 28% a 21% da população mundial.<sup>30</sup> Mesmo em catorze países africanos o segmento dos que passam fome regrediu em um quarto. Um número crescente de países demonstra o que os liberais sabem há séculos: a *pobreza* não é um estado natural nem o resultado dos desígnios de Deus ou dos caprichos do destino, mas obra dos homens.

Em vários países terceiro-mundistas foram realizadas nos últimos anos *reformas em benefício da democracia, do Estado de Direito e da economia de mercado*. Os resultados são muito apreciáveis: o FMI afirma nos seus relatórios sobre a evolução da economia mundial que mesmo a economia dos países da África subsaariana cresceu nos anos 2004, 2005 e 2006 em média na razão de 5%. Considerando o desafio a ser enfrentado, isso está longe de ser suficiente, mas representa uma melhoria nítida com relação aos desoladores anos 90. O FMI prediz que também nos próximos anos as perspectivas do continente africano serão tão favoráveis como há muito tempo não o foram. Entre as razões por trás desses indicadores positivos o FMI menciona expressamente também as reformas, realizadas em muitos países africanos e direcionadas para uma *abertura à economia de mercado*.<sup>31</sup>

Não obstante, muitos países africanos ainda ocupam lugares muito modestos em comparações internacionais sobre a respectiva abrangência da liberdade

---

29 Cf. *United Nations Millennium Project: Investing in Development*. Op cit.

30 Cf. o site das Nações Unidas: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mlworldreg.asp>

31 Cf. por exemplo: International Monetary Fund. *World Economic Outlook*. Washington, abril de 2005, p. 46. O relatório é publicado semestralmente e contém sempre uma pletera de dados atuais.

econômica.<sup>32</sup> Assim as reformas na África estão muito longe de serem suficientemente abrangentes e profundas. Mas isso não é um argumento em favor de uma "armadilha da pobreza", mas em favor da tese de que uma política melhor, que apostasse em maior liberdade econômica, poderia resultar num crescimento ainda maior.

Ano após ano, estudos comparativos internacionais documentam de forma impressionante a existência de um estreito *nexo causal entre liberdade, crescimento econômico e eliminação da pobreza*.<sup>33</sup> Se muitos países em desenvolvimento continuam ocupando posições modestas em tais estudos, isso não atesta uma "armadilha da pobreza", alegadamente iniludível, mas, muito pelo contrário, o fato, de que o processo de reformas nos países afetados ainda está muito longe de ter atingido a amplitude e profundidade necessárias.

Além disso ocorrem também nos países industrializados e nos países emergentes transformações no sentido de uma difusão da economia de mercado. Por um lado, vários países em desenvolvimento obtiveram melhorias nesse campo, mas como outros países também procuram aperfeiçoar-se, os deslocamentos ocorrem às vezes apenas de modo limitado em escala internacional. Mas isso não significa, com vistas aos dados supramencionados do FMI, que tudo continua como no passado. Não apenas na Ásia, mas também na África muitos países entrementes provam que quem aposta em *reformas na direção da economia de mercado* e se empenha em prol de uma *boa governança* ("good governance") consignará também êxitos.

Depois de décadas de caminhos errados e de uma má gestão da economia em muitas partes do mundo, não podemos esperar soluções patenteadas e o aumento acelerado da prosperidade. Mas não é moralmente justificada nem empiricamente fundamentável a atitude de desencorajar países em desenvolvimento, que apenas começaram a trilhar o penoso caminho na direção das reformas, nos seus esforços próprios, fazendo-os esperar pela ajuda de fora.

---

32 Cf. sobre tais dados comparativos ao lado do estudo *Economic Freedom of the World*, anualmente publicado com dados atuais com a ajuda da Fundação Friedrich Naumann, também os dados da fundação norte-americana Heritage Foundation com o seu "Index of Economic Freedom" ([www.heritage.org/research/features/index/downloads.cfm](http://www.heritage.org/research/features/index/downloads.cfm)).

33 Cf. James Gwartnev/Robert Lawson/Erich Gartzke. *Economic Freedom of the World*. Annual Report 2005, Berlim, 2005, Tabelas 21 ss.

## Tese VI: Os países em desenvolvimento são tão pobres que não podem ajudar a si mesmos

A política de desenvolvimento assenta na hipótese de que os países terceiro-mundistas não poupam o capital necessário para os investimentos ou não podem atraí-lo. A ajuda ao desenvolvimento e os créditos internacionais deveriam fechar essa lacuna. Com efeito, o *United Nations Millennium Project* lamenta que a propensão a poupar atinja apenas 11% na África, ao passo que ela está na América Latina em torno de 20% e no Extremo Oriente em 34%.<sup>34</sup> Mas os autores não perguntam pelo porquê dessas diferenças, quando salta aos olhos que diante das condições gerais existentes na África e em partes da América Latina praticamente ninguém pode contar seriamente com uma propensão alta a poupar.

O problema principal não é a pobreza generalizada, mas uma política econômica falha, bem como a falta de proteção dos potenciais poupadores e investidores contra o arbítrio do Estado, o funcionalismo público corrupto e o crime organizado. Assim não surge nenhum estímulo para a formação e para o investimento de recursos poupados. Mas como o desenvolvimento poderia ter surgido em outro lugar, a não ser mediante a acumulação do capital de investimento também entre as pessoas de baixa renda? Historicamente analisada, a renda é o *resultado* de investimentos, não seu *pressuposto*. Se o desenvolvimento só fosse possível com ajuda financeira de fora, a humanidade ainda se encontraria na Idade da Pedra, pois nenhum outro planeta e nenhum outro sistema solar lhe teriam colocado os recursos à disposição, conforme já argumentou Peter Bauer, teórico liberal do desenvolvimento.<sup>35</sup>

O desenvolvimento exige de saída a *mobilização dos recursos disponíveis no plano local*, caso não queiramos esperar pela ajuda de fora. Aqui não se trata apenas do dinheiro dos poucos ricos, mas justamente também da mobilização dos recursos das classes médias e dos numerosos pobres. Em oposição às imagens sugeridas pela mídia, alguns pobres nem são tão pobres. Os relatos da mídia do Terceiro Mundo concentram-se em casos espetaculares de violência, em guerras, doenças e catástrofes naturais. As suas vítimas podem com efeito ser casos de assistência durante um certo tempo. Mas elas não são o *caso normal da pobreza*. Quem se ocupa de bairros pobres e favelas nas metrópoles do Terceiro Mundo e mesmo em regiões rurais, freqüentemente vê com surpresa, quão poucos meios estão à disposição para todos os fins

---

34 United Nations Millennium Project. *Investing in Development*. Op. cit. p. 148.

35 Peter Bauer. *From Subsistence to Exchange and Other Essays*. Princeton/New Jersey, 2000, p. 44.

possíveis, apesar da renda reduzida. Isso vale para a aquisição e venda de bens comerciais no setor informal bem como para a construção de abrigos e o apoio de igrejas, templos e mesquitas *in loco* e vale, finalmente para o pagamento de mensalidades escolares ou de diversões como apostas e torneios, álcool, drogas e prostituição. Mas isso é possível, não em último lugar, porque em sociedades, que funcionam bem, os pobres muitas vezes logram juntar-se e juntar os seus recursos.

É uma visão reducionista e arrogante de habitantes de países industrializados, quando os compreendem por recursos humanos apenas o dinheiro e conclusões formais de cursos escolares. Carentes de ambos, os pobres são degradados automaticamente a objetos da caridade. Em realidade existe um verdadeiro cosmos de capacidades extremamente distintas, que representam recursos valiosos para os indivíduos. Disso fazem parte, por exemplo, os talentos, a inteligência, a ambição, a aplicação, a paciência, a autodisciplina ou a familiaridade com os hábitos de vida das pessoas no próprio entorno. A pobreza não exclui ninguém de tais recursos imateriais. Quem os usa com habilidade, pode deixar a pobreza para trás sem depender do dinheiro de outras pessoas ou da conclusão de uma escola de elite.

Para ricos e pobres vale igualmente: economizar e investir somente valem a pena, se as condições gerais forem corretas, se, portanto, a probabilidade de receber de volta com juros o capital investido e de embolsar a receita auferida do trabalho próprio for alta. Na opinião do teórico do desenvolvimento Hernando de Soto, uma contribuição muito importante para a mobilização do capital consistiria em fortalecer os direitos de propriedade dos pobres justamente também na área rural, pois como os pobres freqüentemente não são donos da terra que cultivam ou do terreno, no qual construíram a sua choupana, também não podem usá-los como garantia para obter créditos. Além disso eles não podem desenvolver nenhuma responsabilidade pela propriedade. É sabido que as pessoas lidam de modo mais cuidadoso e sustentável com o que elas mesmas possuem do que com os bens de outros ou da comunidade.

Muitos pobres, aos quais os direitos de propriedade foram negados, não podem planejar no longo prazo nem libertar-se da dependência de outras pessoas.<sup>36</sup> A proteção da propriedade é um dos pressupostos essenciais da

---

36 Hernando de Soto. *The Mystery of Capital. Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else*. Nova Iorque, 2000. Os trabalhos de Hernando de Soto e seus seguidores sobre a importância da garantia e ampliação dos direitos de propriedade dos pobres provavelmente representam a contribuição mais inovadora dos últimos anos a uma forma liberal de combate à pobreza. Cf. a esse respeito também o site da *Property Rights Alliance*, fundada em Washington (EUA): [www.propertyrightsalliance.org](http://www.propertyrightsalliance.org)

formação da *confiança* no Estado, mas também na ação dos concidadãos.<sup>37</sup> Por fim a propriedade<sup>38</sup> também cria um pedaço de autonomia e com isso a possibilidade da autodeterminação: servos só possuem poucas propriedades, escravos não têm nenhuma propriedade. Para liberais, o conceito de propriedade refere-se de qualquer modo nunca apenas a bens materiais, mas inclui por exemplo também a propriedade intelectual, a propriedade do próprio corpo, do rendimento do próprio trabalho e da vontade própria.

A propriedade concede ao indivíduo a possibilidade de libertar-se da dependência. Por isso, não em último lugar, os políticos orientados pela preservação do seu próprio poder e os defensores de todos os matizes do *status quo* na propriedade sempre procuram excluir justamente os pobres das vantagens de uma ordem social livre.<sup>39</sup>

*Pequenos e micro-créditos* são um meio importante para o fomento da formação de capitais. Eles facilitam os investimentos dos pobres. Mas diante da *orientação internacional de grande parte das elites* nos países em desenvolvimento quase nenhum político e quase nenhum banco nesses países se interessa por esse tema. Investidores comerciais estrangeiros também se retraem, quando se discute sobre microcréditos. Assim os fundos de investimentos lastreados em microcréditos perfazem, a sua totalidade, no mundo inteiro apenas aprox. 600 milhões de dólares, embora o perfil risco-renda de participações em microcréditos seja perfeitamente atraente.<sup>40</sup>

---

37 Cf. Paul Seabright. *The Company of Strangers. A Natural History of Economic Life*. Princeton; Oxford, 2004, p. 65. De acordo com Seabright, a reciprocidade de direitos de propriedade é imprescindível, pois o comércio com outras pessoas somente é possível quando podemos confiar que a sua propriedade também está protegida.

38 De resto, o conceito liberal de propriedade não se refere apenas a bens materiais. Em uma sociedade livre, o corpo, o produto do trabalho ou a vontade são propriedades do indivíduo.

39 É significativo que apesar dos consideráveis efeitos positivos da propriedade justamente para os pobres o aumento e a tutela da propriedade desempenhem um papel muito marginal no discurso dominante na política de desenvolvimento. Dieter Nohlen (ed.). *Lexikon der Dritten Welt. Länder, Organisationen, Theorien, Begriffe, Personen*. Hamburgo 2002 (nova edição integralmente refundida), uma obra clássica da bibliografia sobre a política do desenvolvimento, não consigna o verbete 'propriedade' nem concede uma só sílaba à obra de Hernando de Soto. Em contrapartida, dedica nove colunas às fracassadas "teorias da dependência".

40 *Big Finance trifft auf Microfinance. Genfer Konferenz zur privaten Vergabe von Kleinstkredite*, in: Neue Zürcher Zeitung de 11 de outubro de 2005. Aqui a política de desenvolvimento teria um campo promissor para atividades. Mas a realidade é diferente. Por uma ironia da história, foi dito na conferência de Genebra que tais fundos de investimentos poderiam adquirir a fama de "querem gerar lucros a expensas dos pobres". Eis um belo exemplo de como a "economia do coração" e a "correção política" impedem que a economia de mercado funcione em benefício dos pobres.

Conseqüentemente, os créditos pequenos e os microcréditos para pessoas dotadas de espírito empreendedor no Terceiro Mundo são financiados em elevado grau com recursos da ajuda para o desenvolvimento.

Ainda não sabemos se isso mudará depois da concessão do Prêmio Nobel da Paz em 2006 a Muhammed Yunus, natural de Bangladesh, e ao Grameen Bank, direcionado para a concessão de microcréditos. Como "banqueiro dos pobres", Yunus adquiriu uma fama mundial. Ele mostra, assim como Hernando de Soto, como a pobreza pode ser superada com instrumentos da economia de mercado.<sup>41</sup>

Na maioria dos países, o mercado de capitais de qualquer modo é mais um fator de ônus do que uma ajuda no financiamento do desenvolvimento para os habitantes que não pertencem à classe dominante. Orientações políticas e favores, hoje conhecidos como "créditos podres", taxas de juro proibitivas e um excesso de burocracia impedem o acesso de comerciantes, artesãos e pequenos industriais ao mercado financeiro. Por isso as reformas fundamentais no setor financeiro, especialmente a sua despolitização e o fortalecimento da concorrência devem ser em muitos países um tópico central em toda e qualquer agenda reformista liberal.

Por fim a dependência da ajuda ao desenvolvimento também poderia ser reduzida mediante o emprego de capital privado estrangeiro. Como doadores, entrariam aqui em cogitação, ao lado das empresas e instituições financeiras atuantes em escala internacional, não em último lugar a diáspora cada vez maior de pessoas originárias do Terceiro Mundo, que residem nos países industrializados. Pensemos apenas no papel importante dos *chineses residentes no estrangeiro* no desenvolvimento da República Popular da China, mas também nas remessas regulares de migrantes à sua pátria. Em muitos países em desenvolvimento, do México até as Filipinas, do Zimbábue até o Haiti, eles desempenham um papel importante.

Para investidores estrangeiros vale o que já foi constatado sobre investidores domésticos. Eles só estão dispostos a aplicar seu capital nos países em desenvolvimento, se podem contar com rendimentos adequados. Isso pressupõe uma abertura à economia de mercado e um mínimo de segurança jurídica. Como ambos ainda são raros em muitos países em desenvolvimento, só a Hungria

---

41 Muhammed Yunus. *Banker to the Poor. Micro-Lending and the Battle Against World Poverty*. Nova Iorque, 1997.

e a Irlanda conseguiram atrair em 2004 mais investimentos diretos do que toda a África subsaariana com seus 48 países.<sup>42</sup>

A UNCTAD suspeita que a mobilização de investimentos estrangeiros para os países mais pobres provavelmente só promete um sucesso condicional no futuro mais próximo. Em regra, as condições nos países já mais avançados são substancialmente mais atraentes para empresas do Primeiro Mundo do que nos países menos desenvolvidos.<sup>43</sup> Se isso fosse efetivamente verdadeiro, seria mais importante mobilizar os recursos domésticos. Um dos objetivos da política de desenvolvimento deve ser melhorar as condições gerais necessárias para tal fim.

## **Tese VII: O objetivo da política de desenvolvimento é o desenvolvimento**

No fundo, essa tese deveria ser auto-explicativa, mas na realidade este não é o caso. A generosidade de países que prestam ajuda ao desenvolvimento muitas vezes se deve a *motivações muito particulares e egoístas*. Essas motivações não necessariamente têm a ver com desenvolvimento. Delas fazem parte a superação de sentimentos de culpa, mais interessada na satisfação psíquica do doador do que no bem-estar do beneficiário, e a camuflagem do próprio desinteresse pelo fardo da ajuda aos países em desenvolvimento, muitas vezes ingrato, embora assumido por iniciativa própria.

Ocorre que até interesses próprios robustos desempenham um papel na ajuda ao desenvolvimento. Assim a República Federal da Alemanha praticou nos anos 60 uma política de desenvolvimento para evitar que países do Terceiro Mundo reconhecessem a então RDA. Mais tarde, por ocasião da reunificação, a política de desenvolvimento criaria um clima internacional favorável para a unidade alemã.

Até o fim dos anos 80 a política de desenvolvimento estava, em escala mundial, à sombra do conflito entre o Leste e o Oeste. Ela deveria contribuir para evitar a emigração de países situados na esfera de influência da União Soviética. Tais motivações fizeram com que países em desenvolvimento

---

42 United Nations Conference on Trade and Development: *World Investment Report 2005. Transnational Corporations and the Internationalization of R&D*. Nova Iorque e Genebra, 2005.

43 United Nations Conference on Trade and Development: *Economic Development in Africa. Rethinking the Role of Foreign Direct Investment*. Nova Iorque e Genebra, 2005. Nesse relatório menciona-se novamente um perdão da dívida e a duplicação da ajuda ao desenvolvimento como solução para a África (cf. p. 82 s.).

pudessem enveredar por descaminhos, cujo espectro se estende do socialismo "africano", "asiático" ou "árabe" até a política da substituição de importações, a teologia da libertação, as "teorias da dependência" ou vários modelos de revolução, passando pela busca da autarquia, por acordos internacionais sobre os preços de matérias-primas e a política da substituição de importações, sem que enfrentassem uma resistência digna de menção entre os financiadores desses descaminhos.

No Terceiro Mundo, experimentos socialistas ou nacionalistas – realizados quase sempre sem consulta à população – não eram vistos apenas como um direito, mas como um dever de regimes que se diziam progressistas. Acerca disso havia até os anos 80 adentro um amplo consenso, não apenas em localidades como Dar-es-Salam, Manágua ou Nova Délhi, mas também em Bonn, Paris ou Estocolmo. No entanto, a *veneração e defesa de falsos heróis e modelos* não é apenas própria de intelectuais desencaminhados, embora grasse especialmente entre eles. Durante muito tempo, ela encontrou a anuência em amplos segmentos da política, ciência e sociedade, naturalmente também na "indústria do desenvolvimento" e mesmo em círculos burgueses, embora há muito tempo fosse possível reconhecer que o socialismo representa – nas palavras de Hans Magnus Enzensberger – "o grau mais elevado do subdesenvolvimento".<sup>44</sup> Também por esse motivo os doadores são co-responsáveis pelos problemas existentes em parte do Terceiro Mundo. Nessa medida só é justo que eles também participem dos custos da faxina.

Mas mesmo nos últimos tempos são mencionados cada vez mais razões e objetivos para a política de desenvolvimento que não necessariamente estão orientados segundo o desenvolvimento dos países mais pobres. Disso faz parte a reivindicação até hoje persistente de que a ajuda para o desenvolvimento na forma de pedidos de fornecimento deve retornar à economia nacional do país doador. A ajuda ao desenvolvimento deve bloquear o fluxo de migrantes para a Europa. Ela deve – eis as variantes mais recentes – privar o terrorismo internacional das suas bases sociais e econômicas e respaldar as pretensões de determinados países a um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Quem acusa, portanto, a ajuda ao desenvolvimento de poder exibir muito poucos resultados positivos, deveria acrescentar por uma questão de honestidade que *o desenvolvimento nunca foi nem é sempre e em todos os lugares o objetivo inconteste da política de*

---

44 Hans Magnus Enzensberger. *Das höchste Stadium der Unterentwicklung*, in: Id.: *Nomaden im Regal*, op. cit., p. 163-182.

*desenvolvimento*.<sup>45</sup> A política de desenvolvimento sempre reflete também a situação da política interna nos países doadores e seus interesses econômicos e de poder político. Em princípio, isso não é condenável, mas os discursos de política de desenvolvimento e respectivos "*position papers*" quase nunca dizem isso explicitamente nem refletem sobre esse problema.

Ocorre que também aqueles, que nos países industrializados têm responsabilidade, enquanto partes da "indústria do desenvolvimento", pela concepção e implementação da cooperação para o desenvolvimento podem ter perfeitamente *motivações particulares e egoístas*, em que pesem a qualidade do seu trabalho e os seus objetivos muitas vezes moralmente elevados. A motivação mais simples reside no interesse da auto-preservação das diferentes instituições, organizações e repartições públicas. Além disso, a maioria se interessa em impor como prioritários os seus projetos específicos, sejam eles o combate à pobreza, a formação política, a ajuda em situações emergenciais, a respectiva versão da "justiça social" ou a proteção do meio ambiente. Assim os países em desenvolvimento se tornam facilmente a superfície adequada para a projeção das próprias convicções, pois ao lado dos interesses materiais, partes da "indústria do desenvolvimento" também têm interesses mais ideais. Ambos não necessariamente são congruentes com os interesses ou desejos dos países em desenvolvimento e das pessoas que neles vivem.

Também aqui inexistem ressalvas de princípio, pois a multiplicidade dos interesses distintos e da sua representação na concorrência com outros interesses é um dos fundamentos da economia de mercado e da democracia liberal. Sem ela, nem poderíamos conceber uma sociedade de cidadãos em boas condições de funcionamento. Problemático é tão-somente o fato de que tais interesses próprios quase nunca são expostos com clareza e transformados assim em tema da discussão. Acresce, como agravante, que parcelas extensas da "indústria do desenvolvimento" se servem de recursos públicos, cuja utilização ocorre aquém da edição de brochuras de auto-apresentação, em grande parte sem o conhecimento da esfera pública.

---

45 No entanto, nem sempre se pode ver com clareza – especialmente nas contribuições da "indústria do desenvolvimento" – se os usuários de argumentos da moda para a fundamentação de transferências maiores de recursos financeiros realmente crêem no que dizem. Muito pelo contrário, a impressão freqüente sugere que as pessoas recorrem com demasiada facilidade aos respectivos temores atuais da população, para legitimarem seu próprio trabalho e o seu financiamento. Com efeito, requerentes experientes não encontram dificuldades em apresentar praticamente qualquer medida de política de desenvolvimento como contribuição ao combate do terrorismo.

Aos olhos do contribuinte médio dos países industrializados, os custos reduzidos da cooperação para o desenvolvimento, que sobre ele incidem, não têm serventia. Para ele é *racional* saber pouco da política para o desenvolvimento e deixar esse campo aos especialistas.<sup>46</sup> Mas estes são quase sempre ao mesmo tempo beneficiários da ajuda ao desenvolvimento. Compartilham os objetivos dos doadores de ajuda e redigem seus pareceres a seu pedido e soldo. Já Friedrich A. Hayek chamou a atenção ao fato de que por esse motivo praticamente não podemos esperar de especialistas que dêem um passo adiante da crítica de aspectos individuais da atividade governamental nos campos da política por eles estudados. Quem não obstante age assim é, na opinião de Hayek, rotulado logo como *outsider*, que não merece ser levado a sério.<sup>47</sup>

Conseqüentemente é quase impossível contar com uma discussão ampla e sem resultados pré-definidos sobre a utilização sensata ou absurda de recursos públicos na política de desenvolvimento.

### **Tese VIII: A solidariedade com os países em desenvolvimento consiste em distribuir dinheiro**

Muitas pessoas nos países em desenvolvimento são pobres e passam por necessidades, Isso compreensivelmente desperta a compaixão entre os que se encontram em situação melhor, encorajando-os à *solidariedade*. O fato do destino dos pobres não deixar indiferentes os que vivem na prosperidade é expressão da consciência da responsabilidade e da humanidade. Ambas são qualidades que os liberais desde sempre valorizaram especialmente. Mas o altruísmo, a simpatia, a compaixão e a consciência da responsabilidade pelo próximo são bens escassos e não podem ser mobilizados a bel-prazer. Por isso precisamos lidar com eles de forma especialmente cautelosa. Do contrário, produziremos cinismo diante de gritos de socorro e a blindagem diante de pessoas carentes de ajuda.

Em princípio não há nenhum argumento contra a solidariedade com os menos privilegiados. Muito pelo contrário, merece respeito a solidariedade bem compreendida, que visa emancipar as pessoas das relações de dependência e menoridade e que se empenha por um grau maior de liberdade pessoal. Mas a solidariedade mal compreendida, que reforça as dependências e a menoridade

---

46 A tese da "ignorância racional" dos eleitores é parte central da "Public Choice Theory". Cf. Gordon Tullock, Arthur Seldon & Gordon L. Brady. *Government Failure. A Primer in Public Choice*. Washington, 2002, especialmente p.35 ss.

47 Friedrich A. Hayek. *The Constitution of Liberty*. Chicago, 1960 (edição de bolso de 1978, p.290 s.)

e restringe os espaços de liberdade, enseja desenvolvimentos falhos. Não ajudamos a outras pessoas se lhes prestamos ajuda, mas protegemo-nas ao mesmo tempo contra os desafios da vida. Nesse caso estimulamo-nas a continuarem se comportando de modo errado.<sup>48</sup>

Quem quiser ajudar efetivamente as pessoas no Terceiro Mundo a sair da pobreza, miséria e servidão não lhes presta nenhum favor com medidas meramente assistencialistas. Muito pelo contrário, é decisivamente importante que atuemos no sentido da transformação das condições gerais, que condenam as pessoas à servidão e pobreza. Mas quem, ao contrário, quer apenas tornar a necessidade mais suportável e só se queixa sobre a miséria e o sofrimento, em vez de eliminá-los, detém-se mais nos sintomas do que nas causas da pobreza e do subdesenvolvimento, cimentando assim, queira ou não, o *status quo*. Esse é o problema fundamental da "economia do coração".<sup>49</sup> Ela foi sempre ao mesmo tempo a melhor aliada e a maior inimiga dos países em desenvolvimento. Na condição de melhor *aliada* do Terceiro Mundo, a "economia do coração" contribuiu para manter durante décadas os fluxos dos recursos financeiros para os países em desenvolvimento. Mas na condição da sua *maior inimiga*, ela contribuiu para que em muitos países em desenvolvimento erros e descaminhos pudessem ser continuados durante muitos anos com apoio financeiro externo.

A mídia transmite sem cessar imagens de fome, guerras civis, catástrofes naturais, miséria de refugiados ou de indivíduos soropositivos para as salas de estar da Europa e dos EUA. Desperta assim compaixão e ao mesmo tempo satisfaz o sensacionalismo. Por um lado, isso fomenta a disposição dos indivíduos e do Estado a doar, por outro lado, isso produz um efeito intimidador em investidores potenciais, cimentando entre os beneficiários da ajuda a mentalidade da vítima.

Assim uma *solidariedade mal compreendida* com o Terceiro Mundo pode contribuir paradoxalmente para a manutenção da pobreza de muitas pessoas, independentemente das motivações nobres muitas vezes constatáveis. A *solidariedade mal compreendida* vê os habitantes dos países em desenvolvimento em primeiro lugar como pessoas carentes de ajuda e desassistidas, como objetos da própria caridade. Apesar de todas as declarações em contrário, muitos

---

48 Argumentos fundamentais a esse respeito encontram-se e.g. em Erich Weede. *Mensch, Markt und Staat. Plädoyer für eine Wirtschaftsordnung für unvollkommene Menschen*. Stuttgart, 2003.

49 Tomei a expressão "economia do coração" de empréstimo a Horst Siebert. *Der Kobra-Effekt. Wie man Irrwege der Wirtschaftspolitik vermeidet*. Stuttgart; Munique, 2002, p. 243. Siebert refere-se, porém, ao debate sobre a política social na Alemanha.

benefiteiros no fundo estão convencidos de que os pobres no Terceiro Mundo são incapazes de ajudar-se a si mesmos, devendo, portanto, receber cuidados de assistência. Também não se opõem minimamente, quando movimentos ou ONGs no Terceiro Mundo procuram remediar as necessidades de pessoas pobres de um modo que não conduz a uma maior prosperidade nem a uma maior liberdade. Assim o "Movimento dos Sem Terra" (MST) no Brasil, internacionalmente conhecido e também imitado em alguns países, propaga abertamente o seu entusiasmo pela situação em Cuba, na velha União Soviética ou na China de Mao Zedong mas recebe apesar disso apoio e palavras de encorajamento de muitos promotores da política de desenvolvimento.<sup>50</sup>

Não se trata de um acaso, pois na "economia do coração" o *sentimento de bem-estar moral do doador* é ao menos tão importante quanto as necessidades do beneficiário. Em pauta está assim a satisfação de sentimentos de compaixão e culpa, mas também de paternalismo e arrogância diante de pessoas em situação econômica pior.

Contra essa atitude, o lema dos liberais afirma: quem quiser ajudar aos países em desenvolvimento, não necessita de um coração palpitante e de muito dinheiro, mas de uma *razão sóbria e um conhecimento mínimo dos nexos econômicos*.

## **Tese IX: Quem fala em voz alta do "combate à pobreza" ajuda os pobres**

Nunca se falou no mundo inteiro tanto sobre o combate à pobreza como nos dias atuais. Num dia escolhido a esmo, a colocação da deixa "poverty" na máquina de busca Google evidenciou 24,7 milhões de registros. Mesmo o acoplamento dos conceitos "pobreza" e "erradicação" pode invocar vistosos 477.000.<sup>51</sup>

Entretantes, o combate à pobreza é o tema central e o objetivo supremo de todas as organizações governamentais e não-governamentais que se ocupam de política de desenvolvimento. Mas será que os constantes discursos sobre o combate à pobreza nos aproximam efetivamente do fim da pobreza no planeta? De uma perspectiva liberal, cabem dúvidas quanto a isso.

---

50 Cf. Denis Lerrer Rosenfield. *A democracia ameaçada: o MST, o teológico-político e a liberdade*. Rio de Janeiro, 2006.

51 [www.google.com.br](http://www.google.com.br). A consulta foi efetuada em 8 junho de 2007.

Em 2000 a ONU decidiu oito "*Millennium Development Goals*" (MDGs), conforme já foi mencionado acima. O primeiro objetivo afirma que até o ano de 2015 o contingente de pobres na população mundial deve ser reduzido à metade. Define-se aqui como "pobre" quem dispõe de menos de um dólar por dia.<sup>52</sup> Por conseguinte, no fundo não se trata da pobreza, mas da *pobreza extrema*. Aquele, que é denominado "pobre" pelos órgãos públicos na Alemanha, praticamente não seria considerado como pertencente ao grupo-alvo dos MDGs, pois na Alemanha a linha da pobreza está, depois de descontados os impostos e encargos sociais, em 938 Euro *per capita* ao mês, isto é, em mais de 30 Euros por dia. Por isso o estatístico Walter Kraemer constata com vistas ao combate à pobreza: quem dispõe de mais de 900 euros por mês, é "um Crespo rico em Calcutá, mas um pobre em Hamburgo".<sup>53</sup>

Mas mesmo se ignorarmos tais distorções resultantes do conceito absoluto de pobreza escolhido pelas Nações Unidas, continuam existindo pontos em número suficiente para uma crítica. Assim, de acordo com a convicção dominante, muitas pessoas que vivem nos países menos desenvolvidos são tidos genericamente como pobres. Mas na realidade há diferenças econômicas, sociais e mentais consideráveis entre agricultores de subsistência em regiões remotas e de difícil acesso, que praticamente ainda não foram incluídos na economia monetária, mas quase sempre podem sustentar-se e as suas famílias, trabalhadores rurais mal remunerados, que muitas vezes gozam ao menos de um mínimo de assistência paternalista, órfãos de pais aidéticos e refugiados de guerras civis que acabam de mudar-se para as favelas à beira das metrópoles e vivem da mendicância e de esmolas, habitantes de cidades que não encontram um emprego fixo e dependem de trabalhos ocasionais, ou mães que educam seus filhos sem a ajuda dos pais destes.

Tais grupos distintos e ainda muitos outros, que se ligam por pouco menos do que a sua reduzida renda em dinheiro, são abrangidos pelo conceito corrente de pobreza e declarados em conjunto beneficiários da ajuda ao desenvolvimento.

Apesar de tais imprecisões definitórias, o combate à pobreza naturalmente é tão necessário quanto racional. Quem terá alguma objeção à perspectiva, de que num futuro não muito distante menos pessoas sejam pobres? Há mais de dois séculos, o *liberalismo* mostra de modo impressionante como libertar pessoas da pobreza, menoridade e ignorância.<sup>54</sup> Questionável não é o objetivo

---

52 Cf. [www.un.org/millenniumgoals/](http://www.un.org/millenniumgoals/)

53 Walter Krämer. *Vom trügerischen Glauben an die „harten Fakten“*. *Die Statistik ist oft mehr ein Zerr- als ein Spiegelbild*, in: Neue Zürcher Zeitung de 24/25 de setembro de 2005.

54 Cf. Carlos Alberto Montaner. *La libertad y sus enemigos*. Buenos Aires 2005, p.165 ss.

de pôr termo à pobreza, mas a fixação do debate em torno da política de desenvolvimento em uma determinada perspectiva de pobreza e em algumas receitas apresentadas para o seu combate.

De início coloca-se a pergunta, se a ajuda ao desenvolvimento pode, genericamente, ser um meio adequado para atingir os objetivos ambiciosos formulados nas cúpulas internacionais. Isso já vale diante do *volume da ajuda para o desenvolvimento*, modesto com relação aos objetivos e às necessidades. Assim em 2003 a ajuda para o desenvolvimento dos países da OCDE, concedida ao Benin, cifrou-se em US\$ 22,41 *per capita* por ano, enquanto a Guatemala recebeu US\$ 20,60, embora os dois países pertencessem aos países altamente endividados (HIPC), que recebem uma atenção especial na política de desenvolvimento. No caso das Filipinas, que não entram nesse grupo, a ajuda foi apenas de US\$ 9,21 *per capita* por ano. Mesmo se a ajuda aos países pobres devesse ser dobrada efetivamente nos próximos anos, haveria para cada cidadão de Benin em média apenas US\$ 44,42 de ajuda ao desenvolvimento durante o ano inteiro. Caso os êxitos do combate à pobreza devessem estar em uma relação com o volume dos recursos utilizados, coloca-se automaticamente a pergunta se volumes tão reduzidos bastam para combater ou mesmo eliminar a pobreza.<sup>55</sup>

É significativo que os defensores do combate à pobreza admitem abertamente que até 2015 os êxitos no combate à pobreza acontecerão em primeiro lugar no Extremo Oriente, no Sudeste Asiático e na Ásia Meridional. Mas estes são exatamente os países, nos quais o elevado crescimento econômico e o conseqüente aumento do bem-estar não foram causados pela ajuda para o desenvolvimento, mas por reformas que introduziram a economia de mercado. Assim, de acordo com dados do Banco Mundial, a parcela de pobres na população caiu de 1990 a 2003 de 30% para 12% no Extremo Oriente e de 41% para 31% na Ásia Meridional. Em contrapartida, registrou-se na África, na qual a ajuda ao desenvolvimento desempenha um papel de destaque, no mesmo período apenas uma queda de 45% para 44%. Isso significaria uma evolução regressiva do percentual dos pobres, de 47,4% para 46%. Isso significaria que, em virtude do simultâneo aumento da população, houve em 2003 muito mais pessoas pobres do que em 1990.<sup>56</sup>

---

55 Dados calculados pelo autor com base em *OECD: Statistical Annex of the 2004 Development Cooperation Report*, cf. [www.oecd.org/dataoecd/52/12/1893167.xls](http://www.oecd.org/dataoecd/52/12/1893167.xls)

56 Cf. *Mehr Wachstum dank Exporten nach Afrika. Keine nennenswerte Verringerung der Armutquote*, em: *Neue Zürcher Zeitung* de 27 de maio 2004.

Nada permite ignorar o fato de que a parte do leão dos esforços envidados para eliminar a pobreza deverá ser assumida pelos próprios países afetados. Já por razões quantitativas, a ajuda para o desenvolvimento não poderá desempenhar mais do que um *papel auxiliar*. Mas no debate internacional em torno do volume da ajuda para o desenvolvimento, sempre se produz a impressão oposta.

De resto, os liberais e as medidas por eles tomadas não necessariamente se interessam em primeiro lugar pelo combate à pobreza. Muito pelo contrário, no centro das suas propostas está o *aumento da prosperidade*. Isso exige um *crescimento econômico em grau elevado*. Na sua Declaração do Milênio, as Nações Unidas mencionam, por um lado, oito objetivos e 18 orientações para objetivos, que cobrem o espectro da preservação do meio ambiente até a equiparação jurídica das pessoas, passando pela redução da mortalidade infantil. Mas as palavras crescimento e bem-estar não aparecem entre os objetivos e as orientações para os objetivos. Ocorre que a reivindicação de mais prosperidade é, ao que tudo indica, um tabu para muitas pessoas na discussão em torno da política de desenvolvimento, determinada pela "economia do coração", por ideais socialdemocratas de igualdade, pelos apóstolos da proteção ambiental e genericamente pelo pessimismo, quando não pela animosidade diante da economia de mercado.

Em contrapartida, é politicamente correto falar do "combate à pobreza". Há pouco tempo os políticos do desenvolvimento e as organizações internacionais ainda preferem falar de um crescimento para os pobres", feito sob medida (*pro-poor-growth*), pois supostamente quase sempre são sobretudo os ricos que se beneficiam do crescimento. A isso não subjaz apenas a hipótese de que podemos fazer sob medida e configurar a bel-prazer, segundo critérios políticos, o nosso crescimento. Essa posição é refutada também por estudos empíricos. Estudos de longo prazo do Banco Mundial mostraram que *grosso modo* com cada ponto percentual de crescimento no fundo aumenta também a renda dos pobres na razão de 1%.<sup>57</sup>

Um exame mais de perto revela que a insatisfação diante dos efeitos produzidos pelo crescimento econômico sobre o combate à pobreza resulta muitas vezes menos do fato de que os pobres não se beneficiam suficientemente, mas da *aversão de muitas pessoas aos lucros de prosperidade efetivos ou hipotéticos dos ricos*. A idéia de que em países com elevados índices de crescimento as disparidades de renda e com isso a desigualdade social

---

57 Ap. Johan Norberg. *Globalisation and the Poor*. Potsdam 2004, p. 6. (Friedrich-Naumann-Stiftung Occasional Paper 1).

pudessem aumentar provoca grandes preocupações em muitos observadores. Com efeito praticamente não conseguiremos evitar em uma economia de mercado que regiões avulsas do país, segmentos da população e indivíduos isolados se adaptem com velocidade distinta e em graus distintos aos novos desafios. Assim uma investigação da UNCTAD mostra que a Índia e a China trilharam caminhos muito distintos no fomento do crescimento econômico. Os dois países apresentam êxitos impressionantes no combate à pobreza, mas enfrentam o problema de que justamente por causa dos êxitos do desenvolvimento a pobreza remanescente produz efeitos correspondentemente mais opressores e nem todos os grupos populacionais participam em igual medida do crescimento da economia.<sup>58</sup>

Se apesar do forte crescimento econômico em alguns países o número dos pobres cai apenas ligeiramente, isso se deve quase sempre a problemas produzidos em casa, em regra pela política. Assim os governos do Terceiro Mundo e.g. negligenciam freqüentemente a agricultura ou determinadas regiões. Pensemos apenas no controle dos preços de produtos agrícolas, costumeiro em muitos países – quase sempre a expensas dos produtores – ou nas relações de propriedade nas regiões rurais, pouco estimulantes. Os políticos colocam em situação de desvantagem os membros de alguns grupos populacionais ou protegem interesses bem-estabelecidos. Nesse caso o aumento da renda beneficia em grau acima da média a população urbana ou metropolitana ou a elite do país.<sup>59</sup> A solução de tais desequilíbrios só pode consistir em fortalecer a concorrência e abolir prescrições e práticas opostas à economia de mercado, mas não na desistência do crescimento ou na crença num crescimento suposto de *designers*, projetado no escritório.

*Prioridade para o combate à pobreza ou prioridade para o crescimento econômico:* a diferença não é meramente de ordem semântica. Uma política direcionada para o crescimento tem um perfil distinto de uma política que visa prioritariamente a eliminação da pobreza. De um ponto de vista liberal, esta última naturalmente *pode* incluir medidas racionais como a reforma do sistema escolar e a melhoria do estado de saúde da população. Mas a experiência ensina que a deixa 'combate à pobreza' muitas vezes fornece um *pretexto para medidas de redistribuição e de eliminação ou restrição do mercado*. O combate à pobreza erroneamente compreendido aposta em transferências de recursos para a política social por parte do Estado, em mais prescrições e

---

58 United Nations Conference on Trade and Development. *Trade and Development Report*. 2005. Nova Iorque; Genebra, 2005, p. 30 ss.

59 Cf. o exemplo da Índia: *Anhaltend rasantes Wachstum in Indien. Nur der Reformstau verüstert das helle Konjunkturbild*, em: Neue Zürcher Zeitung de 4 de outubro de 2005.

numa maior burocracia, embora justamente essas medidas dificultem a vida dos pobres dotados de espírito empreendedor e dos pequenos e micro-empresários.<sup>60</sup>

É certo que o empreendedorismo e a iniciativa privada são quase sempre tolerados como um mal necessário nessa forma mal concebida de "combate à pobreza", pois mesmo os defensores mais apaixonados do Estado não mais podem negar as vantagens da economia de mercado no séc. XXI. Não obstante, os empresários de todos os lugares ainda precisam defender-se, hoje como no passado, contra o populismo, a inveja e a ignorância. Com demasiada frequência os empresários são genericamente colocados sob suspeição e percebidos como fatores perturbadores no caminho rumo a uma determinada visão da "justiça social". Em uma forma erroneamente concebida de "combate à pobreza", as intervenções contrárias ao mercado não são fenômenos paralelos lamentáveis ou acidentes de percurso, mas, muito pelo contrário, *instrumentos imprescindíveis da ação estatal*. Contrariamente, uma política liberal que aposta no crescimento, exige justamente o represamento de intervenções contrárias ao mercado e a redução da burocracia e das intervenções estatais.

Mas o olhar sobre a experiência de outros países também recomenda grandes cuidados diante do combate à pobreza, planejado pelo Estado. Quando a República Popular da China abriu-se no início dos anos 80 para reformas na direção da economia de mercado, ela apostou de início no aumento da prosperidade por meio de índices elevados de crescimento econômico. Afirmções semelhantes podiam ser feitas antes para muitos outros países. Onde os príncipes europeus concederam em séculos passados uma margem maior de ação à iniciativa privada, não o fizeram para ajudar os pobres, mas para aumentar as suas receitas, quer dizer, por interesse próprio. Empresários também não costumam ser filantrópicos. Quando fundam empresas e fábricas, em regra não o fazem para criar novos empregos, mas para obter lucros, isto é, *com vistas ao lucro vil*.

No entanto, a prosperidade dos que aumentam a propriedade, provocada pela iniciativa privada e no fundo buscada para fins de enriquecimento individual, acaba-se revelando rapidamente, embora muitas vezes não intencionalmente, como o melhor meio para a eliminação da pobreza. Assim vale para o combate à pobreza o que John Stuart Mill escreveu sobre a busca da felicidade: o caminho mais seguro para não se tornar feliz consistiria em buscar constantemente a felicidade própria como objetivo supremo. Muito

---

60 Cf. a esse respeito as considerações fundamentais de Ludwig von Mises. *Die Bürokratie*. Sankt Augustin 1997 (Klassiker der Freiheit 3).

pelo contrário, a felicidade surge, de acordo com Mill, como consequência em regra não-intencionada de outros empenhos.<sup>61</sup>

Por fim, os liberais também não partilham a análise do problema subjacente à concentração internacional no combate à pobreza. Do ponto de vista liberal, o problema da maioria dos países em desenvolvimento não é a pobreza, mas a *falta de liberdade e a menoridade* de amplas partes da população. Nos países que não são assolados por guerras, guerras civis e pela fome, elas são as causas *decisivas* da pobreza. *A pobreza é o resultado da servidão e da menoridade*. Quem quiser eliminá-la, deve, por conseguinte, eliminar a servidão e a menoridade.

Aqui não se trata apenas do fato de que mesmo os países em desenvolvimento, nominalmente democráticos, ainda estão muito distantes da "democracia liberal", na qual os direitos dos cidadãos são respeitados. Fatores e tradições culturais podem ser igualmente responsáveis como uma política de desenvolvimento erroneamente concebida, que apesar de todas as declarações em contrário degrada os pobres em beneficiários da caridade, desmotivando e interditando-os e reforçando assim as relações de dependência. Mas apesar de algumas melhorias predomina, sobretudo na maioria dos países do Terceiro Mundo, hoje como ontem a falta de liberdade na atividade econômica e na aquisição e no uso da propriedade.

Por um lado, a economia de mercado e o Estado de Direito entrementes são citados também nos discursos de políticos de países em desenvolvimento, mas a prática quase sempre é deprimente. Em quase todos os países predominam os *interesses dos que querem manter os seus privilégios, de todas as espécies*: governantes e latifundiários tradicionais, líderes sindicais e funcionários de partidos, militares e detentores de monopólios, quadrilhas de criminosos e contrabandistas, burocratas e intelectuais de esquerda ou nacionalistas: não importa o que divide esses grupos, quando se trata de proteger as suas próprias vantagens, cada grupo privilegiado considera apenas justo o recurso ao protecionismo e o clamor pelo Estado. A concorrência, os mercados abertos e o direito cobrável a qualquer tempo perante os tribunais e igual para todos sempre foram algo de saíreio para os donos do poder, pois eles dão aos pobres a oportunidade de saírem da miséria com suas próprias forças, sem depender da "intercessão" e "caridade" de patrões autoproclamados. Os que querem manter as relações de propriedade sabem "que com cada assunto, que deixam aos cuidados do mercado, eles perdem um pouco de poder de disposição e

---

61 Cf. Gerhard Schwarz. *Geld (allein) macht nicht glücklich – aber der Staat erst recht nicht*, em: Neue Zürcher Zeitung de 15/16 de abril de 2006.

comando sobre as pessoas. Por isso eles têm um horror do aumento da economia de mercado no mundo."<sup>62</sup>

Segundo um estudo da Internacional Finance Corporation, filial do Banco Mundial, realizado em 2007, todos os dez países, nos quais foi mais difícil fundar uma empresa, pertencem ao grupo dos países menos desenvolvidos. Na França, um empresário precisa de 8 dias para registrar uma nova firma, no Chile são necessários 27 dias, na Nicarágua 39 dias, na Nigéria 43, e no Brasil não menos do que 152 dias. Em média um empresário canadense precisa gastar 1% de seu ganho anual para registrar uma firma, enquanto que um empresário chileno 10%, um colombiano 20%, um hondurenho 61%, e um empresário da Guiné 187%.<sup>63</sup> Por conseguinte, quem, excetuados os que de qualquer modo são ricos e poderosos, querará constituir uma nova empresa no Brasil, Honduras ou na Guiné?

Conforme Hernando de Soto demonstrou de modo impressionante, o caminho muitas vezes inevitável para o *setor informal* tem o seu preço. Se uma empresa não tem status jurídico, não recebe créditos dos bancos e não recebe encargos do Estado e das agências internacionais de desenvolvimento. Está exposta às tentativas de suborno de burocratas e criminosos e não consegue realizar negócios juridicamente garantidos com terceiros.<sup>64</sup> Naturalmente também não recolhe impostos, não precisa respeitar a legislação previdenciária e pode ignorar as exigências de proteção ambiental, as regulamentações de cotas e as leis antidiscriminatórias. Mas no fim um olhar sobre os países da África, Ásia e América Latina mostra que é caro para o indivíduo e para a economia nacional abrir mão da segurança jurídica.

Do ponto de vista liberal vale o seguinte: o subdesenvolvimento não cai do céu, mas remonta a causas criadas pelos próprios homens. Ele também não deve ser derivado do fato de que em muitos lugares aparentemente há um excesso de economia de mercado e a pobreza é um sinal de fracasso do mercado. *Não é o mercado que fracassa na maioria dos países em desenvolvimento, mas a entrada na economia de mercado é sistematicamente recusada aos pobres pelos que defendem a manutenção das atuais relações de propriedade.* Esse é um capítulo particularmente triste da política de desenvolvimento, que uma grande parte da "indústria de desenvolvimento" presta, voluntária ou

---

62 Roland Baader. *Das Kapital am Pranger. Ein Kompass durch den politischen Begriffsnebel.* Gräfin, 2005, p.169.

63 International Finance Corporation/The World Bank. *Doing Business 2007. How to Reform*, em: <http://www.doingbusiness.org/CustomQuery/ViewCustomReport.aspx>. Washington, 2007.

64 Hernando de Soto. *The Mystery of Capital*, loc. cit.

involuntariamente, consciente ou inconscientemente, ajuda aos beneficiários das velhas estruturas de poder, mediante a constante retórica contra a economia de mercado, contra a privatização, desregulamentação e o fortalecimento da responsabilidade própria.

É significativo que no relatório anual sobre o "estado da liberdade econômica no mundo", publicado pela Fundação Friedrich Naumann juntamente com outras organizações, ou no "índice da liberdade" da fundação norte-americana *Heritage Foundation* quase todos os países menos desenvolvidos ocupam os lugares médios e últimos.<sup>65</sup> Durante muitas décadas justamente a África sofreu com um "desastre no crescimento" (William Easterly). Isso fica compreensível, se examinarmos os dados apresentados. Se atualmente, segundo estudos empíricos, 36,7% de todos os assalariados na África trabalham na economia informal (na Ásia: 20%) e a parcela da economia informal no Produto Social Bruto africano é de 41,2%, então isso mostra quais problemas os cidadãos têm hoje como no passado com inúmeras prescrições estatais distantes da realidade e com a corrupção que grassa no continente.<sup>66</sup>

Mas a economia informal também mostra quão espertos são alguns pobres, quando se trata de pôr em marcha um movimento capitalista adveniente do povo, desde abaixo, contra "governantes cleptocráticos e suas burocracias".<sup>67</sup> Há muito tempo os jovens empresários nas favelas da África, Ásia e América Latina demonstram que não querem mais esperar pelo Estado ou políticos benevolentes. Há muito tempo os assim chamados "tigres asiáticos" demonstraram que a saída da pobreza, miséria e servidão não é um privilégio dos brancos. Mas onde o espírito empreendedor realmente se deve desenvolver em sua plenitude, as *condições gerais* necessárias devem pré-existir.

Não importa se na América do Norte ou na África do Sul, na África ou na Europa, seres humanos necessitam de *estímulos e oportunidades*. "*Estímulos*" significa que os pobres tenham a certeza de que o rendimento do que eles

---

65 Dos países avaliados, 24 dos países menos desenvolvidos ocupam os lugares a partir do nº 100 no "2006 Index of Economic Freedom" da *Heritage Foundation*. Apenas Cabo Verde (lugar nº 46) e o Madagascar (lugar nº 52) destacam-se positivamente, sem sair de lugares no meio de campo. Ao lado desses dois países, apenas o Uganda e o Camboja ainda entram na categoria dos "mostly free". Cf. [www.heritage.org/research/features/index/countries/cfm](http://www.heritage.org/research/features/index/countries/cfm)

66 Cf. Friedrich Schneider & Robert Klinglmair. *Public Policy and the Shadow Economy. The Impact of Taxation, Regulation and Welfare on Economic Activity and Labour: Lessons for South Africa*, Sandton; Johannesburg, 2004.

67 Dirk Maxeiner & Michael Miersch. *Ist die Linke noch links? Der Abschied von Freiheit, Gleichheit und Brüderlichkeit*. Berlim, 2005, p. 14 (Friedrich-Naumann-Stiftung: Position Liberal).

produzem com o seu trabalho, efetivamente permaneça com eles. Ninguém pode tirar-lhes o que eles mesmos produziram com o seu trabalho e o que lhes pertence. Além disso, eles mesmos devem poder decidir sobre onde querem aplicar seu dinheiro. “Oportunidades” significa que aquele que quer melhorar a sua situação de vida também possa e tenha o direito e a possibilidade fazer isso efetivamente sob as condições políticas, econômicas, jurídicas e culturais dadas. Hoje como no passado, faltam estímulos e oportunidades em amplas partes do mundo.

De resto, naturalmente não se trata de que todos os pobres se podem transformar em empresários, desde que existam apenas os estímulos e as oportunidades corretas. Nem todas as pessoas possuem a capacidade e a vontade para a assunção da responsabilidade empresarial. Provavelmente sempre haverá pessoas que dependem da ajuda de outras e em última instância também da ajuda do Estado. Mas entre os muitos habitantes de países em desenvolvimento, que hoje ainda são pobres, há certamente um número suficiente de pessoas que sob melhores condições trilhariam o caminho na direção da autonomia e do risco, em vez de remanescerem por mais tempo na miséria e na dependência. Se fosse possível ativar esse potencial, pessoas pobres com pouco ou nenhum talento empreendedor também teriam novas oportunidades de trabalho.

No fim não há como evitar a descoberta singela: *Um combate à pobreza sem a economia de mercado, sem maior liberdade para a atividade econômica e sem a ampliação e proteção de direitos de liberdade não poderá funcionar.*

## **Tese X: A política de desenvolvimento não pode afetar as outras culturas e as identidades nacionais**

Ninguém contestará que o desenvolvimento também depende de fatores culturais. Quem ignorar os padrões de comportamento, as mentalidades, os sistemas de valores ou as tradições correntes em uma sociedade terá tão pouco êxito como um empresário, que pretende vender mercadorias sem considerar as necessidades da sua clientela. O êxito sempre exige também o conhecimento dos mercados locais e dos hábitos e esquemas de raciocínio *in loco*.

Wilhelm Röpke lançou já em 1945 uma advertência contra a ilusão de uma “ocidentalização integral” do planeta mediante a “difusão de uma forma cultural como a ocidental, que passou a dominar o mundo”.<sup>68</sup> Mas inversamente, Friedrich A. Hayek chamou a atenção ao fato de que as mesmas pessoas, que

---

68 Wilhelm Röpke. *Internationale Ordnung – heute*. 3ª ed. Berna e Stuttgart, 1979, p. 320.

querem preservar a sua própria cultura com a maior incolumidade possível, ao mesmo tempo querem ter acesso aos produtos materiais do Ocidente. Como tantas vezes na vida, teremos de efetuar também aqui uma ponderação entre bens distintos.<sup>69</sup> Por isso é necessário lançar uma advertência inversa contra uma ênfase excessiva do respeito pelas peculiaridades culturais e pelas identidades nacionais alegadamente carentes de proteção, hoje em voga.

Salta aos olhos que fatores pouco fomentadores do desenvolvimento em "culturas estranhas", e.g. a discriminação religiosamente fundamentada de mulheres, não podem ser sacrossantas a partir de uma sensibilidade cultural erroneamente compreendida. Se fatores culturais conduzem à violação dos direitos humanos, perpetuam a pobreza, negam a grupos populacionais inteiros a oportunidade para uma vida melhor ou bloqueiam o combate a doenças, eles não devem ser tolerados com passividade devota. Para dizê-lo em termos drásticos: a superstição é um bem tão pouco digno de tutela para liberais como a perseguição de homossexuais ou o aborto de fetos femininos. De qualquer modo, algumas particularidades culturais alegadas são num primeiro momento o resultado do atraso econômico e social.<sup>70</sup>

A cautela também é indicada, quando titulares de decisões políticas invocam fatores culturais ou identidades nacionais para fundamentar suas pretensões de poder. Desde sempre os ditadores e populistas foram especialmente engenhosos quando se tratava de provar que a democracia liberal e a economia de mercado não eram adequados para seus súditos. Na realidade, eles querem evitar que *estruturas estabelecidas de poder e privilégios estabelecidos* sejam postos em cheque.

O respeito perante culturas alheias não deve conduzir ao *relativismo cultural* e à gratuidade, aos quais tudo é igualmente bom e caro. Desde sempre o Terceiro Mundo foi para muitas pessoas na Europa e América do Norte uma área para a projeção dos próprios temores e anseios.<sup>71</sup> Mas o trato com culturas estranhas não deveria servir de válvula de escape para a insatisfação diante

---

69 Friedrich A. Hayek. *The Constitution of Liberty*, op. cit., p.51 ss.

70 Um exemplo disso é a coesão da família nos países em desenvolvimento, celebrada como alegadamente exemplar não apenas pelos representantes dos diversos credos. A ela se contrapõe a afirmada "individualização" nos países industrializados. Em realidade essa coesão familiar resulta muitas vezes simplesmente da falta ou da inteira insuficiência dos sistemas de seguridade social. Onde nem o Estado nem os ofertadores privados podem oferecer a proteção contra o envelhecimento, a doença e o desemprego, as redes familiares naturalmente são imprescindíveis.

71 Cf. a análise agudíssima de tais projeções em Sven Lindquist. *Durch das Herz der Finsternis*, op. cit., ou Edward W. Said. *Orientalism. Western Conceptions of the Orient*. Londres, 1995 (reedição da primeira publicação de 1978).

da civilização e vida próprias. Não se pode tratar de proteger os habitantes dos países em desenvolvimento contra o alegado desenraizamento e o afirmado "cosmopolitismo" do Ocidente. Não é admissível negar-lhes, no sentido da tese antiga do "nobre selvagem", o que é evidente para pessoas de países industrializados, sobretudo o direito a uma "vida autodeterminada em liberdade"<sup>72</sup> ou o direito a uma felicidade individual e alegria de viver.<sup>73</sup> O contato com culturas estranhas é considerado enriquecedor por liberais quando ele é motivo para a discussão, a comparação e o aprendizado recíproco. Isso exige a disposição também para a discussão crítica. E isso, por sua vez, pressupõe um ponto de vista próprio e critérios de avaliação claros, não uma compreensão amável por tudo.<sup>74</sup>

Além disso, os advogados de particularidades nacionais e fatores culturais aparentemente carentes de proteção ignoram que as culturas e identidades são capazes de transformação e de aprendizagem e reagem a transformações. Isso é inevitável justamente no mundo globalizado. Hoje praticamente todas as culturas absorveram há muito tempo elementos de outras culturas, sendo por isso até um certo grau  *sintéticas*  – no melhor sentido desse termo.<sup>75</sup> Muita coisa, que era considerada parte essencial de uma cultura ou considerado traço distintivo de uma nação, surgiu apenas tardiamente e mesmo assim sob a influência do intercâmbio com outras culturas. Isso vale e.g. para a tão invocada cultura do chá na Índia, cuja alegada substituição forçada por refrigerantes comerciais é lamentada hoje por adversários da globalização. Mas considerado historicamente, o chá não é nenhuma bebida especificamente indiana, mas foi cultivado maciçamente na Índia somente a partir do séc. XIX por decisão dos colonialistas ingleses,  *para financiar*  seu comércio com a China e satisfazer a sua própria demanda.<sup>76</sup>

Além disso as culturas e as identidades nacionais têm muitas facetas distintas e apresentam algumas contradições. Isso cria margens de interpretação. Como as culturas e nações incluem uma multiplicidade de padrões de

---

72 Cf. Ian Buruma. *Falsche Helden. Über die fortgesetzte Verführbarkeit von Intellektuellen durch die autoritäre Macht*, em: Neue Zürcher Zeitung de 8 de junho de 2006.

73 Cf. nesse tocante Gehard Schulze. *Hedonismus. Zur sündigen Modernität des Westens*. Zuriq, 2005 (publicação da Fundação Vontobel).

74 De fundamental importância é aqui Amartya Sen. *Identity and Violence. The Illusion of Destiny*. Nova Iorque, 2006.

75 Cf. Tyler Cowan. *Weltmarkt der Kulturen. Gewinn und Verlust durch Globalisierung*. Hamburgo, 2004.

76 Tom G. Palmer. *Globalization und Culture: Homogeneity, Diversity, Identity, Liberty*. St. Augustin, 2004 (Friedrich-Naumann-Stiftung Occasional Paper 2).

comportamento, mentalidades, valores e tradições nada isentas de contradições, estas podem ser usadas para diversos *objetivos* e *finalidades*. Assim o sociólogo alemão Max Weber via há quase um século no confucionismo uma das razões da decadência da China e outros países asiáticos. Hoje, ao contrário, "valores asiáticos", inclusive o confucionismo, são invocados como elementos essenciais para a ascensão econômica do Extremo Oriente e do Sudeste Asiático, sendo recomendados por alguns observadores até a outros países para a imitação.<sup>77</sup>

Nesse contexto coloca-se também a pergunta pela *exportação ou importação de "modelos"*. Muitas vezes acusa-se os doadores de contribuições que querem impor aos países em desenvolvimento as suas experiências e os sistemas políticos, econômicos e sociais, surgidos nos seus países. Liberais, porém, não se interessam pela transmissão de "modelos". Quais seriam eles, aliás? Precisamos comparar apenas o direito eleitoral ou o sistema tributário dos Estados Unidos, da Alemanha, da Nova Zelândia ou da Suíça para ver que democracias liberais e economias de mercado podem assumir formas muito distintas e oferecem um elevado grau de possibilidades de configuração da sociedade. Sem essa multiplicidade e sem alternativas a concorrência seria tão pouco possível quanto a possibilidade de um país aprender com o outro e descobrir aspectos novos. Já por esse motivo liberais são contra apregoar e copiar de forma primitiva modelos. "Best practices" são úteis, mas sempre podem ser apenas sugestões. Imitá-las cegamente não é apenas um indício de preguiça mental, mas justamente a garantia de que não se resiste ao teste da práxis.

De importância decisiva é, muito pelo contrário, a preservação de determinados *elementos e princípios fundamentais*. Na democracia trata-se, por exemplo, da vinculação da política ao direito e à lei, da observância dos direitos humanos, da divisão dos poderes, de um Judiciário independente, da proteção de minorias, da subsidiariedade e da garantia de um espaço livre de política, que pode ser configurado individualmente por cada cidadão. Na área econômica a proteção da propriedade, a concorrência, a estabilidade da moeda, o acesso do cidadão a tribunais independentes, bem como o direito à livre atividade econômica são imprescindíveis. A forma, na qual consideramos esses princípios e essas instituições *in loco* pode ser tranqüilamente abandonada aos que conhecem as respectivas situações a partir da sua própria experiência.<sup>78</sup>

---

77 Cf. Eun-Jeung Lee. *Vom "konfuzianischen Idealstaat" zum "konfuzianischen Kapitalismus". Zum Wandel des westlichen Konfuzianismus*. Tóquio, 2004.

78 Cf. e.g. Ernst Dürr. *Die Übertragbarkeit der Sozialen Marktwirtschaft auf Lateinamerika*, in: Rolf H. Hasse; Josef Molsberger & Christian Watrin. *Ordnung in Freiheit*. Stuttgart; Jena; Nova Iorque, 1994, p. 371-388.

## Tese XI: Os países em desenvolvimento sofrem com a globalização

De acordo com uma idéia muito difundida, os países em desenvolvimento sofrem há décadas ou mesmo séculos. E sempre são as estruturas e tendências impostas de fora, que estariam obstando o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo: primeiro o colonialismo, depois o conflito entre o Leste e o Oeste, seguido pelo "neoliberalismo" e agora, como se alega, a globalização. Muitas pessoas concluem a partir de uma equiparação tão absurda que é necessário blindar-se contra tais influências externas na medida possível, canalizando ou estrangulando-as por meio de intervenções estatais, ou que se deve reivindicar da comunidade internacional uma indenização material das vítimas reais ou presumidas de tais desenvolvimentos, da parte dos países industrializados. Quase sempre se advoga uma combinação das três variantes (protecionismo, regulamentação, compensação).

Ao passo que um liberal pode recapitular inteiramente as queixas sobre o colonialismo e o imperialismo (embora nem sempre as conseqüências delas extraídas), a atual atribuição da culpa à globalização beira o absurdo. Globalização no fundo não significa outra coisa serão "mais economia de mercado no mundo".<sup>79</sup> Mas economia de mercado significa, entre outras coisas, que – nas palavras vívidas de Joseph Schumpeter – meias de seda não sejam produzidas apenas para rainhas e outras ricas, mas também para as operárias "como remuneração por um esforço de trabalho sempre decrescente".<sup>80</sup>

Atualmente, a globalização é acelerada pela difusão de novas tecnologias e pela comunicação intensa entre as culturas e os indivíduos, sem consideração das fronteiras entre os países. Por isso o economista mexicano Arturo Damm define a globalização como "um processo de redução e eliminação das barreiras arbitrariamente impostas pelos governos às relações entre pessoas de nacionalidades distintas".<sup>81</sup> Para irritação de muitos políticos, ela resulta numa

---

79 Roland Baader. *Das Kapital am Pranger*, op. cit., p. 164. Baader, porém, adverte contra conclusões erradas. Diante das numerosas intervenções estatais nos planos nacional e internacional, a globalização não significa que a economia de mercado predomine no mundo inteiro. Por enquanto, está na pauta apenas a expansão da economia de mercado no âmbito das "formas híbridas contaminadas pelo Estado" (Roland Baader), não a economia de mercado autêntica. Isso os liberais sempre deveriam esclarecer na discussão com os adversários da globalização, que sabidamente se comportam como se o capitalismo nu e cru já estaria dominando no mundo inteiro.

80 Joseph A. Schumpeter. *Kapitalismus, Sozialismus und Demokratie*. Berna 1950, p. 113.

81 Arturo Damm *¿Cómo vencer los obstáculos hacia un mundo globalizado, sin fronteras? El argumento moral a favor de la globalización*. México 2007, p. 11.

perda de importância do Estado nacional, pois um número crescente de cidadãos se expõe à concorrência global. Esta última, porém, não leva em consideração as fronteiras nacionais, os tabus nacionais e as "vacas sagradas" nacionais, colocando assim em cheque o assim denominado "primado da política" e irritando com isso os socialistas e nacionalistas.<sup>82</sup>

Afirma-se que o Terceiro Mundo entraria nessa concorrência em condições desiguais, como a parte mais fraca da humanidade, sendo atropelado pelos poderosos países industrializados.<sup>83</sup> Tal crítica ignora que na realidade também existem temores diante da globalização nos países industrializados, isto é, entre os aparentemente fortes. Aqui sabidamente se formula a crítica inversa: a mão-de-obra barata nos países em desenvolvimento tiraria o trabalho dos proprietários de empregos bem-remunerados nos países industrializados, transformando-os assim em perdedores.<sup>84</sup> Na verdade, a globalização contribui para que o caráter problemático de estruturas não-rentáveis, determinadas por favores políticos e pelo arbítrio político, possam ser percebidos por todas as pessoas. Por isso, a globalização é uma espécie de *detector de mentiras*, que mostra impiedosamente os erros dos políticos e dos grupos de interesses e eleitores que os sustentam. Salta aos olhos que muitos políticos não apreciam isso. Que os ramos da economia no Primeiro Mundo e os trabalhadores neles empregados, até agora mimados e protegidos contra a concorrência, também manifestem pouco entusiasmo pela abertura dos mercados, é igualmente compreensível. Mas o que os tão invocados pobres do Terceiro Mundo têm a ver com isso? Muito pelo contrário: justamente no Terceiro Mundo grupos até agora em situação desvantajosa extraem vantagens sobretudo da globalização, conforme Jo Kwong mostrou no caso das mulheres.<sup>85</sup>

Os críticos da globalização ignoram que o surgimento de um mercado global foi para muitos antigos países em desenvolvimento – sobretudo, mas não apenas no Sudeste Asiático e no Extremo Oriente – a saída *da pobreza e miséria*. Quase ninguém poderá afirmar com pretensão à seriedade que os habitantes do México, da Turquia, da Índia ou da China sofrem em geral sob a globalização.

---

82 Cf. as publicações fundamentais sobre a globalização, do ponto de vista liberal: Jagdish Bhagwati. *In Defence of Globalization*. Oxford, 2004; Johan Norberg. *Das Kapitalistische Manifest. Warum allein die globalisierte Marktwirtschaft den Wohlstand der Menschen sichert*. Frankfurt, 2003, e Martin Wolf. *Why Globalisation Works*. New Haven; Londres, 2004.

83 Cf. a esse respeito e.g. Attac Deutschland (ed.). *Alles über Attac*. Frankfurt, 2004.

84 Cf. Daniel Drezner. *The Outsourcing Bogyman*, in: *Foreign Affairs*, vol. 83, nº 3, maio/junho de 2004, p. 22-34.

85 Jo Kwong. *Globalización: ¿Amenaza o Oportunidad para las Mujeres en los Países en Desarrollo?* (Fundación Friedrich Naumann: Occasional Paper 5), México, 2006.

A economia mundial está crescendo há um bom tempo, e com ela cresce também a demanda de matérias-primas e produtos agrícolas, muitos dos quais oriundos de países em desenvolvimento. Além disso, o volume dos *investimentos diretos privados do exterior*, que flui para o Terceiro Mundo, é substancialmente mais elevado do que toda a ajuda para o desenvolvimento por parte do Estado, já desde os anos 90. Assim em 2004, segundo informações da UNCTAD, investimentos diretos do exterior no valor de 233,23 bilhões de dólares foram para os países em desenvolvimento, mais do que o triplo da ajuda estatal para o desenvolvimento concedida no mesmo ano.<sup>86</sup>

Ao mesmo tempo os países em desenvolvimento se beneficiam do fato de que um número cada vez maior de empresas de países industrializados *deslocam* a sua produção no todo ou em parte a localizações mais baratas no Terceiro Mundo ("outsourcing"), por razões de concorrência, mas também por causa do número crescente dos clientes nos países em desenvolvimento. Por essa razão, Erich Weede fala das "vantagens potenciais do atraso": os países em desenvolvimento não necessitam reinventar produtos e processos já existentes e de utilidade comprovada, não necessitando, pois, repetir os custos e erros conexos. Assim os imitadores podem crescer mais rapidamente do que os pioneiros.<sup>87</sup>

Por fim, a globalização conduz também a um mercado mundial dos meios de comunicação. A enorme solidariedade diante das vítimas do *tsunami* na passagem de 2004 a 2005 na Indonésia, em Sri Lanka e outros países teria sido impensável sem o *noticiário dos meios de comunicação* no mundo inteiro. Desde 2005 os defensores de mais ajuda para o desenvolvimento da África fazem um uso esperto dos meios de comunicação, para angariar mais apoio com concertos de música pop transmitidos em escala mundial. Na América Latina, grupos indígenas excluídos até agora de uma participação política adequada conseguem com a mídia internacional chamar a atenção do mesmo modo como o governo do Tibete no exílio ou a oposição no Usbequistão. O interesse mundial pelas violações dos direitos humanos na região de Darfur no Sudão se deve igualmente à globalização. Diferentemente da opinião de alguns pessimistas, as descobertas de jazidas de petróleo no Sudão não são apenas a razão pela qual quase nada se faz contra as violações dos direitos humanos naquele país. Justamente *por que* o Sudão se tornou um

---

86 Cf. United Nations Conference on Trade and Development. *World Investment Report 2005. Transnational Corporations and the Internationalization of R&D*. Nova Iorque; Genebra, 2005, Anexo Tabela B.1. Mesmo os 50 países menos desenvolvidos puderam registrar investimentos diretos estrangeiros no valor de 9,7 bilhões de dólares.

87 Erich Weede. *Mensch, Markt und Staat*, op. cit., p.120.

exportador relevante de petróleo, os acontecimentos na sua esfera política interna recebem hoje substancialmente mais atenção do que no passado. Também nesse sentido, os países em desenvolvimento são *mais beneficiários do que vítimas da globalização*.

Isso naturalmente não significa que todos os países extraem benefícios em escala igual da globalização. Países como o Zimbábue, o Mianmar, alguns países árabes ou certos países andinos da América Latina, que estão nas manchetes da imprensa internacional sobretudo com informações e notícias negativas, tais como violações dos direitos humanos, falência do Estado, distúrbios políticos ou uma política econômica desoladora, encontram dificuldades em construir confiança e extrair benefícios da globalização. Mas quem deveria lamentar isso? E será que sem a globalização as pessoas nestes países hoje estariam em situação melhor?

Um autêntico desafio, também do ponto de vista liberal, são apenas alguns poucos países relativamente subdesenvolvidos, quase sempre pobres em matérias-primas e com populações reduzidas na África, no Caribe e na Oceania, que até o momento participam demasiado pouco do surto de desenvolvimento econômico mundial.<sup>88</sup> Mediante a reforma do comércio mundial, de um aumento da ajuda ao desenvolvimento e do perdão das dívidas procura-se, entre os doadores de recursos, ajudar esses países. Na presente contribuição se mostra por que tais enfoques podem ser na melhor das hipóteses um paliativo, mas praticamente não podem ser a solução. Justamente os países mais pobres, sem matérias-primas, necessitam de um elevado grau de liberdade econômica, caso queiram encontrar uma saída da sua pobreza. Necessitam de reformas na direção da economia de mercado, do Estado de Direito e da "boa governança" no plano doméstico. Esta é a sua única oportunidade de que tanto os cidadãos quanto os estrangeiros se possam transformar em investidores. Do contrário, sempre dependerão da ajuda externa e serão um brinquedo nas mãos de outros Estados.

Mas a globalização significa também mais *comércio internacional*. Trevor Manuel, Ministro da Fazenda da África do Sul, há algum tempo chamou a atenção ao fato de que a África poderia gerar receitas a mais no valor de 70 bilhões de dólares, caso lograsse aumentar a sua parcela no comércio mundial,

---

88 A UNCTAD calculou para 2005 o total de investimentos estrangeiros na África subsaariana, cujo número de habitantes é superior a 700 milhões, em 254 bilhões de dólares. Somente na cidade-estado Cingapura os investimentos totalizaram 187 bilhões de dólares. Cf. United Nations Conference on Trade and Development. *World Investment Report 2006*, op. cit.

que atualmente está apenas em 2%, em apenas um ponto percentual.<sup>89</sup> À guisa de comparação, consideremos que a ajuda para o desenvolvimento com recursos do erário público totalizou em 2003 no mundo inteiro apenas aprox. 69 bilhões de dólares. O futuro dos países em desenvolvimento está portanto na *produção própria e na comercialização dos seus próprios produtos*, não na ajuda para o desenvolvimento, mesmo se esta for aumentada. Aqui a globalização ajuda.

Com isso fica claro o seguinte: o problema dos países mais pobres não é um excesso de globalização. Muito pelo contrário, o problema está no fato de que alguns países ainda participam *demasiado pouco* da globalização. Peter Bauer chama a atenção ao fato de que na história da humanidade sempre foram mais prósperos os países e as cidades e regiões que mantiveram o intercâmbio mais intenso de mercadorias e conhecimentos com outras partes do mundo.<sup>90</sup> De resto, tais lugares e regiões sempre foram também os culturalmente mais produtivos. Não é o fim da globalização, provocado por um meio qualquer, que cria oportunidades de vida para as pessoas em países pobres, mas justamente a sua inserção na economia mundial, a sua participação no intercâmbio internacional do conhecimento e da informação e a abertura para a livre circulação de pessoas, capitais, trabalho e bens.

## **Tese XII: A democratização no Terceiro Mundo conduz automaticamente ao desenvolvimento**

As opiniões sobre o nexos entre democracia e desenvolvimento divergem. Os conhecidos cientistas políticos norte-americanos Seymour Martin Lipset e Samuel Huntington<sup>91</sup> sustentam que um país só pode ter uma democracia estável se ele dispuser de uma camada média urbana forte e consciente das suas capacidades. Para eles o desenvolvimento econômico precede a democracia. Por outro lado, há autores que chegaram com base em dados empíricos à conclusão de que uma forma democrática de governo é o pressuposto do desenvolvimento.<sup>92</sup> Em última instância essa discussão, não importa como

---

89 *Manuel says 'obscene' wealth gap is growing*, em: The Citizen (Johannesburgo/África do Sul) de 17 de janeiro de 2005.

90 *Conversation with Peter Bauer*. in: A Tribute to Peter Bauer. The Institute of Economic Affairs (Occasional Paper 128). Londres 2002, p. 20-51 (esta citação na p. 31).

91 Seymour Martin Lipset. *Political Man. The Social Bases of Politics*. 5ª ed. Baltimore, 1981; Samuel Huntington. *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, 1993.

92 Joseph T. Siegle; Michael M. Weinstein Et Morton Halperin. *Why Democracies Excel*, in: Foreign Affairs, setembro/outubro de 2004, p. 57-71.

a avaliemos, permanece no plano da teoria. Nas últimas décadas muitos países do Terceiro Mundo percorreram um processo de democratização. Quase ninguém desejará seriamente que o Bangladesh, o Peru ou a Nigéria retornem à ditadura, por terem obtido nela índices de desenvolvimento alegadamente superiores. Também no Terceiro Mundo a democracia tornou-se há muito tempo um *valor em si*, independentemente do seu efeito na política de desenvolvimento, e é bom que seja assim.<sup>93</sup>

Depois da onda democratizante das últimas duas décadas, o debate em torno da política de desenvolvimento gira hoje não apenas em torno da alternativa "democracia ou ditadura". No centro está também o conceito da "boa governança" (*good governance*), isto é, a pergunta pelo modo, pelo qual os responsáveis lidam com o poder político. Como indicadores de "boa governança" são citados tanto critérios políticos, assim e.g. a observância dos direitos humanos e a participação política dos cidadãos, como também critérios jurídicos e econômicos como a formação de uma administração pública eficiente e eficaz, o combate da corrupção e a preservação da estabilidade macro-econômica.<sup>94</sup> Mais ainda do que a existência de uma democracia formal, a "boa governança" é tida como fundamento do desenvolvimento econômico e social. Ela é vista como pressuposto da possibilidade de usar a ajuda para o desenvolvimento com sentido.

Mas para liberais não basta que uma administração pública trabalhe com eficiência ou que a corrupção seja combatida. Importa em última instância o que os respectivos políticos façam com o seu poder e a sua influência, e sobretudo em que medida eles mesmos atuam com modéstia no exercício do seu poder, deixando margens de atuação para os cidadãos. Por isso o conceito da "boa governança" pode conduzir a equívocos.

A existência de relações de Estado de Direito é e.g. um elemento essencial de "boa governança". Nesse ponto há consenso no debate sobre a política de desenvolvimento. Mas quando liberais pensem no conceito "Estado de Direito", o *Direito* e não o *Estado* estão em primeiro plano. Nas palavras do liberal suíço Robert Nef, podemos tratar também "os piores programas falhos nas formas do direito, e um Estado intervencionista sem liberdade também pode ater-se

---

93 Cf. Stefan Melnik. *Freedom, Prosperity and the Struggle for Democracy. Introductory Texts*. Potsdam 2004 (Friedrich-Naumann-Stiftung: Ideas on Liberty 2).

94 Cf. a esse respeito a tentativa de definição do Banco Mundial em [www.worldbank.org/wbi/Governance](http://www.worldbank.org/wbi/Governance), bem como a Fundação Bertelsmann. *Bertelsmann Transformation Index 2006. Configuração política em escala comparação internacional*. Gütersloh, 2005.

estritamente a procedimentos próprios do Estado de Direito".<sup>95</sup> A antiga Prússia, a atual Cingapura ou a Suécia no ápice do Estado de Bem-Estar nos anos 70 podem ser considerados em grau maior ou menor como Estados de Direito, embora não tenham sido exemplos de sociedades liberais.

Para os liberais, o "Estado de Direito" não é sinônimo de um cipoal tão denso quanto possível de regulamentações e prescrições, no qual pequenos e micro-empresários estão condenados de antemão ao fracasso. Em vez disso, importa criar um número tão reduzido quanto possível de regras, que em contrapartida devem ser claras e imediatamente compreensíveis, e depois impor essas regras efetivamente para todas as pessoas. O direito deve servir à liberdade individual do cidadão, não restringir nem reprimir a sua liberdade. Para liberais, a "boa governança" significa que o Estado ou o governo deixam às cidadãs e aos cidadãos a *margin de atuação* mais ampla possível, para que possam configurar a sua vida pessoal; significa que o Estado respeite os direitos das cidadãs e dos cidadãos e *proteja eficazmente a sua vida, a sua incolumidade física e a sua propriedade*.<sup>96</sup> Pede-se nada mais, mas também nada menos.

Em muitos países em desenvolvimento a corrupção é um dos maiores desafios a uma "boa governança". A organização não-governamental *Transparency International*, que examina em escala mundial o grau de corrupção nos diferentes países, denomina a corrupção "furto de ocasião frio e calculado dos homens, das mulheres e crianças pelo mundo afora, que menos capacidade têm para se proteger".<sup>97</sup> Com efeito, um breve olhar sobre os dados comparativos apresentados por *Transparency International* mostra que justamente os países mais pobres do mundo são mais vulneráveis à corrupção. Em não menos de 70 países do mundo, quase na metade de todos os países apreendidos, o Índice de 2005 apresentou um sério problema de corrupção. 31 países com um problema de corrupção especialmente grave situam-se no continente africano, mas nove países asiáticos e dez países latino-americanos também fazem parte desse grupo.<sup>98</sup> *Transparency International* constata que todos os esforços em política de desenvolvimento serão baldados, se não for possível conter a corrupção nos países beneficiários.

---

95 Robert Nef. *Rule of law - unverzichtbar, aber überschätzt*, artigo de 11 novembro de 2004, reproduzido no site do Instituto Liberal da Suíça ([www.libinst.ch](http://www.libinst.ch)).

96 Cf. Chariest Murray. *The Pursuit of Happiness and Good Government*. Nova Iorque, 1994.

97 Eis as palavras de David Nussbaum, diretor de *Transparency International*, por ocasião do lançamento de *Transparency International Corruption Index 2005*, em: [www.transparency.org/cpi/2005/cpi2005\\_infocus.html](http://www.transparency.org/cpi/2005/cpi2005_infocus.html)

98 *Ibid.*

Um problema é aqui, que justamente nos países em desenvolvimento a corrupção não resulta apenas da pleonexia de políticos individuais e funcionários públicos, mas é também uma consequência das estruturas políticas existentes nos países do Terceiro Mundo, denominadas *neopatrimonialismo* ou *clientelismo*. Elas assentam num sistema de apadrinhamento, no qual o político compra a lealdade político por prover não apenas a si mesmo, mas também seus seguidores de vantagens materiais concretas a expensas da coletividade. O Estado é percebido como presa que serve para manter uma rede inteira de vassalos.<sup>99</sup> Romper com tais padrões de comportamento é imensamente mais difícil do que desmascarar os erros de alguns poucos políticos corruptos, como isso acontece sempre de novo com efeitos apreciáveis na opinião pública nos países do Terceiro Mundo, embora significativamente com poucos resultados de efeito duradouro.

A maior parte das “*democracias*” no Terceiro Mundo também se distancia muito da “boa governança”, por causa das relações de apadrinhamento. A existência de sistemas de apadrinhamento é uma das causas essenciais do fato de países em desenvolvimento, democráticos na sua pretensão, pertencerem em regra ao tipo das “*democracias iliberais*” (Fareed Zakaria).<sup>100</sup> Por um lado, eles dispõem de uma fachada democrática, conhecem, por conseguinte, sistemas multipartidários e eleições regulares. Por outro lado, a realidade das relações de poder é tal que aqueles, que uma vez foram responsáveis pelo governo, são regularmente reeleitos.<sup>101</sup>

Apesar da fachada democrática, praticamente não se pode falar em muitos países em desenvolvimento de divisão dos poderes, tribunais independentes, igualdade de oportunidades para a oposição, tolerância diante de opiniões divergentes ou de uma separação entre o partido do governo, o Estado e a

---

99 Cf. A esse respeito a descrição brilhante de Patrick Chabal Et Jean-Pascal Daloz. *Afrika Works. Disorder as Political Instrument*. Oxford; Bloomington, 1999.

100 Fareed Zakaria. *The Future of Freedom. Illiberal Democracy at Home and Abroad*. Nova Iorque; Londres, 2003.

101 Uma das razões, pelas quais a reeleição é tão importante para os responsáveis pela política nos países em desenvolvimento reside precisamente na mescla do sistema de apadrinhamento e da excessiva influência do Estado. Quem quer exercer o poder político, deve prover seus seguidores do acesso aos recursos financeiros e a vantagens materiais e imateriais. Alimentado, não em último lugar, pela ajuda para o desenvolvimento, o Estado dá esse acesso. Quem, no entanto, perde as eleições, se vê sem acesso aos recursos do Estado e sem a possibilidade de abusar deles, não podendo oferecer aos seus seguidores vantagens materiais. Quando, em tais países, pessoas ambiciosas só dispõem de oportunidades suficientes de carreira profissional e o setor privado for fraco, elas praticamente não podem contar com uma alternativa à permanência em cargos públicos.

sociedade. Por isso não basta defender a democratização formal dos países em desenvolvimento.

A mera existência de partidos diferentes, a realização de eleições ou uma constituição bem-soante não decidem se os direitos dos cidadãos são respeitados e as pessoas podem ser livres. Isso só pode ocorrer em uma *democracia liberal*. Por isso o fomento de uma ordem calcada na liberdade deve ser, hoje como no passado, um elemento importante da cooperação para o desenvolvimento. O fomento da *democracia* aposta na cooperação com os partidos políticos, os parlamentos e as organizações da sociedade civil, bem como na construção do Estado de Direito e das instituições que lhe são apropriadas. A tarefa consiste em aperfeiçoar os sistemas muitas vezes apenas formalmente democráticos no Terceiro Mundo na direção de uma democracia liberal.<sup>102</sup>

Mas também aqui, uma vez mais, um dos problemas da cooperação para o desenvolvimento reside no fato da ajuda para o desenvolvimento fornecer ênfases erradas. Enquanto ela assegura aos responsáveis pela política no Terceiro Mundo uma certa renda, ela reduz – conforme já foi explanado na Tese IV, a sua dependência dos contribuintes *in loco* e com isso a influência destes. Inversamente, os cidadãos dos países em desenvolvimento – conforme também já foi explanado na Tese IV – ainda podem confiar com excessiva frequência em que erros dos políticos por eles eleitos são novamente compensados pelos contribuintes nos países industrializados na forma da ajuda para o desenvolvimento. Sob tais aspectos a democracia não necessariamente conduz sempre ao desenvolvimento.

Lipset e Huntington têm razão: também nos países em desenvolvimento, o melhor pressuposto de uma democracia liberal que funcione é uma forte *camada média urbana*. Mediante o pagamento dos impostos, ela deveria contribuir para o financiamento do Estado e com isso estar diretamente interessada em fiscalizar as ações e omissões dos responsáveis pela política, insistir na transparência da ação estatal e na introdução da obrigação dos políticos de prestar contas, punindo, conforme o caso, erros e descaminhos com o voto. Ao mesmo tempo vale também que a economia de mercado e o Estado de Direito precedem a formação de uma forte camada média. Por isso uma política liberal de desenvolvimento, orientada segundo os princípios da economia de mercado e segundo a construção do Estado de Direito, fomenta o surgimento e a

---

102 Cf. a esse respeito Rainer Erkens. *Die Kooperation der Friedrich-Naumann-Stiftung mit politischen Parteien in der Entwicklungszusammenarbeit. Hintergründe, Ziele und praktische Erfahrungen* (Friedrich-Naumann-Stiftung). Berlin, 2006.

consolidação de uma camada média, de resto não apenas nas cidades. Mediante o fortalecimento dos direitos de propriedade, de mais economia de mercado e de maior efetivação do Estado de Direito, o surgimento de uma camada média ode ser fomentado também em regiões rurais. Essa camada média, seja na cidade ou no campo, pode prestar então uma contribuição importante ao fortalecimento da democracia nos países em desenvolvimento.

Por fim, a observância estrita do *principio de subsidiariedade* é, de um ponto de vista liberal, um componente central de todo e qualquer fomento da democracia: o Estado deve regulamentar apenas o que o indivíduo, a família, as associações voluntárias de cidadãos ou a comunidade local não conseguem regulamentar.<sup>103</sup> Uma redução da atividade estatal ao cerne das tarefas do estado não libera apenas a iniciativa privada, facilitando ao Estado a concentração nas tarefas realmente importantes, mas subtrai também aos políticos corruptos uma boa parte da massa de distribuição, da qual eles dispõem no caso de uma atuação transbordante do Estado. Afinal de contas, a corrupção não é apenas um furto, conforme mostra *Transparency International*. Já o teórico do desenvolvimento Gunnar Myrdal, inicialmente postado mais à esquerda, chamou a atenção ao fato da corrupção muitas vezes não ser outra coisa senão um "dinheiro para agilizar", cuja única finalidade é mover burocratas onipotentes, centrados no enriquecimento pessoal, a fazer finalmente o que justifica no fundo a sua existência: trabalhar de forma ordenada e regular os processos e responder a consultas em prazo aceitável e de forma correta e imparcial.<sup>104</sup> *Quanto menos poder, quanto menos tarefas, e com isso quanto menos a margem de atuação o funcionário público individual tiver, tanto menores serão as suas oportunidades de incomodar outras pessoas com a finalidade de adquirir dinheiro adicional.*

É lamentável que organizações com *Transparency International* não tematizem nem incluam na sua lista de reivindicações a observância do princípio da subsidiariedade, bem como a desregulamentação e a redução da burocracia como os instrumentos mais promissores do êxito no empenho em evitar a corrupção.

---

103 Cf. sobre a interpretação liberal do conceito da subsidiariedade Gerhart Raichle. *Princípios da Política Social Liberal. 12 Teses com explicações*. São Paulo (Instituto Friedrich Naumann sem ano) p. 22 ss.

104 Gunnar Myrdal. *Asiatisches Drama. Eine Untersuchung über die Armut der Nationen*. Frankfurt am Main, 1980, p. 203. Similarmente argumento o venezuelana Carlos Rangel. *Der Westen und die Dritte Welt*, Munique, 1985, p. 270.

### **Tese XIII: Sem um perdão total e incondicional das dívidas o Terceiro Mundo não se desenvolverá**

Para muitas pessoas as dívidas dos países do Terceiro Mundo e, estreitamente conexos com elas, o FMI e o Banco Mundial, são os inimigos nº 1 ou simplesmente "vilões".<sup>105</sup> Segundo um entendimento muito difundido não apenas entre os adeptos da "economia do coração", uma razão decisiva dos problemas dos países em desenvolvimento é a extensão da sua dívida. Como muitos países precisam gerar quantias consideráveis para o serviço da dívida, restaria demasiado pouco dinheiro para o desenvolvimento. Por esse motivo afirma-se que a justiça exigiria a eliminação das dívidas por parte dos credores ricos.

Aqui não apenas se encilha o cavalo pelo lado errado, conforme mostraremos mais além. O simples exame dos fatos recomenda a cautela antes de juízos rápidos, pois o grau do endividamento é extremamente distinto justamente entre os países mais pobres. Antes dos países do G8 de julho de 2005 decidirem pelo perdão da dívida, o endividamento de Guiné-Bissau estava em 215% do PIB, chegando na República do Congo mesmo até 299%. Esses dados são realmente tristes. Mas outros países como a Nicarágua (63%), o Haiti (28%) ou o Níger (21%) apresentam dados que quase não se distinguem ou se distinguem positivamente do endividamento do setor público em muitos países industrializados.<sup>106</sup> Quem quer, como os adversários da globalização na organização "Attac" ou os promotores da campanha "Jubilee 2000", perdoar genericamente as dívidas de todos os países, dá à Guiné-Bissau uma quantia relativamente muito maior de dinheiro do que ao Haiti. Isso é justo? E isso faz sentido? Os países em desenvolvimento poderiam então extrair como lição que vale a pena endividar-se e reembolsar tão pouco quanto possível, pois só então se tira um proveito ótimo dos perdões regulares das dívidas. Também aqui são criados mais uma vez *estímulos errados*.

Os credores estatais procuram contra-arrestar essa crítica, concentrando o perdão da dívida nos 38 países especialmente pobres do planeta e estabelecendo, além disso, supostamente *obrigações referentes a esforços próprios* dos países beneficiados. De acordo com essa posição, só quem pratica a "boa governança" deveria entrar no gozo do perdão da dívida. Não se pode objetar muito a essa intenção, mas na prática ela não necessariamente é realizada. Na identificação do respectivo grau de "boa governança" nos países em desenvolvimento individuais, os doadores confiam na ajuda do *Banco*

105 Cf. Fabio Giambiagi. *Brasil. Raízes do Atraso. Paternalismo versus Produtividade. As dez vacas sagradas que acorrentam o país*. Rio de Janeiro 2007, p. 27.

106 Dados de acordo com o Banco Mundial. Cf. <http://devdata.worldbank.org/data-query>

*Mundial*.<sup>107</sup> Este exige que os países considerados para um perdão da dívida apresentem, entre outros documentos, um plano com uma estratégia de combate da pobreza, devendo ao menos ter trabalhado um ano na sua implementação. Assim as condições para um perdão da dívida não são especialmente duras. Muito pelo contrário, pode surgir até a impressão de que a intenção verdadeira é dificultar aos países mais pobres que não se qualifiquem para um perdão.

Além disso coloca-se a pergunta, o que o combate à pobreza mediante um plano de estratégias, erigido em critério mais importante pelo Banco Mundial para o perdão da dívida, no fundo tem a ver com "boa governança". Constatase, que alguns dos 18 países africanos e latino-americanos, que tiveram as suas dívidas integralmente perdoadas em julho de 2005 pelos países do G8,<sup>108</sup> se distinguem pela apresentação de um plano de estratégias de combate à pobreza, mas não pela "boa governança". Em comparação internacional, seus dados nos diversos indicadores presumidos da "boa governança" são quase sempre negativos.<sup>109</sup> Um país que apresenta *dados comparativos tão negativos* como a Etiópia nem deveria entrar no gozo de um perdão das dívidas supostamente *dependente do seu desempenho*. O mesmo vale para a Bolívia, onde os responsáveis pela política estão mostrando há algum tempo como se pode reverter rapidamente reformas anteriores racionais e deixar inaproveitadas as ricas jazidas no solo por razões nacionalistas, embora tirem proveito da ajuda para o desenvolvimento e do perdão da dívida.

Do ponto de vista liberal, porém, dois outros aspectos são mais importantes do que a identificação objetiva dos países apropriados para um perdão da dívida. Em primeiro lugar as dívidas dos países em desenvolvimento não podem ser avaliadas apenas com relação ao respectivo PIB. De acordo com os dados disponíveis em 2005, as dívidas da Zâmbia, país com 10,5 milhões de habitantes e um PIB de 3,9 bilhões de dólares, cifraram-se em 4,3 bilhões de dólares, as dívidas da Papua-Nova Guiné, país com 5,5 milhões de habitantes, em 3,2 bilhões de dólares. Lembremos apenas que o endividamento do setor público

---

107 Ibid.

108 De acordo com isso, os seguintes países são beneficiários do perdão das dívidas: Etiópia, Benin, Bolívia, Burkina Faso, Gana, Guiana, Honduras, Madagascar, Mali, Mauritània, Moçambique, Nicarágua, Níger, Ruanda, Zâmbia, Senegal, Tanzânia e Uganda.

109 Assim a análise de Susanne Steiner. *Schuldenerlass für die ärmsten Länder: Spielt Good Governance eine Rolle?*, in: Afrika im Blickpunkt n° 2, julho de 2005. Os seis indicadores de boa governança nos 18 países foram positivos apenas em 13 de 108 indicadores. No caso da Etiópia, Bolívia, Honduras, Moçambique, Níger, Ruanda, Tanzânia e Zâmbia não foi constatado nenhum indicador com valores positivos. Só a Mauritània apresentou um resultado respeitável, com 4 indicadores positivos. Ibid., p. 5.

na República Federal da Alemanha chegou em fins de 2006 a 1,5 trilhão de euros.<sup>110</sup> O peso da dívida da Zâmbia e da Papua-Nova Guiné só se *afigura tão elevado e opressivo em virtude do PIB extremamente baixo*.

É sabido que os defensores de um perdão integral da dívida preferem, por essa mesma razão, operar com *percentuais*, não com números absolutos, pois em números absolutos as dívidas são modestas. Assim a discussão sobre a dívida aponta na direção errada: o verdadeiro problema não é o nível das dívidas dos países em desenvolvimento, mas o seu *potencial escandalosamente baixo de rendimento econômico*. O aumento desse potencial deve ser o objetivo, não a discussão sem fim sobre o nível da redução da dívida, que não é nada nova, mas remonta as anos 70. É praticamente certo que ela não estará concluída nem de longe com as decisões mais recentes dos grandes doadores.

Essa opinião é confirmada também pela evolução dos maiores devedores em escala mundial. O economista brasileiro Fabio Giambiagi afirma que no seu país entretentes a dívida externa, há poucos anos considerada "insuportável", é um assunto discutido apenas por extremistas políticos. O aumento rápido do comércio exportador brasileiro, um resultado da globalização combatida por socialistas e nacionalistas de todas as variantes, fez com que o Brasil hoje possua grandes reservas em divisas e conseguiu reembolsar as suas dívidas ao FMI em tempo hábil. Afirmções similares podem ser feitas com relação ao México, a Indonésia ou a Rússia. Por isso, o FMI é para Giambiagi hoje apenas um "tigre de papel".<sup>111</sup>

Justamente tais desenvolvimentos provam que um alto grau de endividamento é um indicador de uma *política econômica e financeira mal-encaminhada*. Em regra, dívidas elevadas são *a consequência*, não a *causa* de uma política errada. O perdão da dívida não necessariamente põe termo a uma política errada, que pode, muito pelo contrário, ser continuada despreocupadamente. De qualquer modo o fator de bloqueio da "boa governança" muitas vezes não está na *falta de recursos financeiros*, mas na falta de vontade dos responsáveis pela política e da sua *entourage*, bem como nas estruturas de apadrinhamento e em fatores culturais.<sup>112</sup> Se não rompermos

---

110 Cf. <http://www.destatis.de/presse/deutsch/pm2007/p1350061.htm>

111 Fabio Giambiagi. *Brasil. Raízes do Atraso*, op.cit, p. 31.

112 O queniano James Shikwati constata com acerto com relação a esse ponto: "It will cost Africans very little to institutionalize rule of law, property rights and a sound business environment. Africans do not need aid to stop them from being corrupt." Em: James Shikwati: *Africans can make Poverty History*, em: [www.fnst.org/webcom/show\\_article.php/\\_c-1011/\\_nr-100/printmood-true/i.html](http://www.fnst.org/webcom/show_article.php/_c-1011/_nr-100/printmood-true/i.html) de 25 de julho de 2005.

com uma mentalidade adversária do desenvolvimento e práticas igualmente adversárias do desenvolvimento, a próxima crise do endividamento já estará pré-programada. Na melhor hipótese, o *perdão da dívida sem reformas* produz resultados pífijs. Na maioria das vezes, ele não produz nenhum resultado. De qualquer modo, o perdão facilmente não produz efeitos sustentáveis, pois encoraja, quando não vinculado a exigências referidas à melhoria do rendimento, a manutenção do relaxamento habitual.

De resto, devemos perguntar genericamente pelo *sentido ou pela falta de sentido de créditos* na política de desenvolvimento. Como na vida normal, o gasto e a tomada de créditos deveriam atender a dois objetivos: ao financiamento dos *investimentos*, cujos rendimentos permitirão depois reembolsar o crédito com a maior brevidade possível, ou à solução, no curto prazo, de *situações emergenciais*. Mas os créditos são extremamente perigosos, quando concedidos com o fim de alimentar em regime de permanência Estados falidos ou cobrir gastos correntes do Estado, em regra de natureza consumista. Isso os doadores também deveriam saber. Às vezes doações seriam mais honestas.

Por isso, a própria crise do endividamento de muitos países em desenvolvimento é o *indício de uma política de desenvolvimento falha*. Os doadores das contribuições são no mínimo tão responsáveis por esse fato como os seus beneficiários.

## **Tese XIV: O Terceiro Mundo se desenvolverá a partir do fim do protecionismo comercial dos países industrializados**

A exigência do livre comércio e da concorrência internacional é um dos fundamentos do liberalismo e o "cerne da Economia Nacional clássica" (Ludwig von Mises).<sup>113</sup> Os subsídios agrícolas pagos pela maior parte dos países do OCDE, que anualmente custam aproximadamente 350 bilhões de dólares, criam condições injustas para a concorrência. Impedem assim os países em desenvolvimento em vender seus próprios produtos em conformidade com as suas vantagens comparativas. Por isso o "desenvolvimento por meio do comércio" (*aid by trade*) atualmente só é possível de forma limitada para alguns países em desenvolvimento.

Há muitas décadas essa situação já é um espinho aos olhos dos liberais, que sempre são também defensores do livre comércio. Hoje a *abolição dos*

---

113 Cf. os textos fundamentais do liberalismo em: Detmar Doering (ed.). *Kleines Lesebuch über den Freihandel*. Sankt Augustin, 2004 (2ª ed. melhorada) (Argumente der Freiheit, Band 9).

*subsídios agrícolas* tornou-se até entre os partidários de outras convicções políticas um elemento central em discursos sobre a política de desenvolvimento, embora não necessariamente um elemento central da práxis política.

Em que pese toda a simpatia pela reivindicação de um fim da dissipação de dinheiro na EU, nos EUA, na Suíça, Noruega, no Japão e em outros países, recomenda-se também aqui cautela, como diante de todas as alegadas panacéias. Em primeiro lugar nem todos os adversários do protecionismo comercial estão realmente interessados na *livre concorrência*. Assim, por exemplo, a ação "Teu voto contra a pobreza", levada a cabo desde 2005 por numerosas organizações alemãs atuantes na "indústria do desenvolvimento", que se associaram sob a sigla VENRO, não reivindica um comércio mundial livre, mas um comércio mundial "justo".<sup>114</sup> Essa fórmula pode satisfazer tanto os agricultores mimados pelos subsídios da EU quanto os protecionistas e nacionalistas do Terceiro Mundo, os adversários radicais da globalização de "Attac" ou grupos eclesiais de solidariedade.

Em segundo lugar o empenho integralmente justificado contra o protecionismo comercial dos países da OCDE fortalece nos países em desenvolvimento a crença de que *o desenvolvimento deve vir de fora*, não por obra do esforço próprio. Se os países industrializados apenas abolissem as suas barreiras comerciais, eis a crença simplória, o Terceiro Mundo se desenvolveria automaticamente. Ocorre que justamente entre os países em desenvolvimento as taxas alfandegárias muitas vezes são especialmente altas. Genericamente subdesenvolvido, o comércio entre países do Hemisfério Sul ("comércio Sul-Sul"), isto é, entre os países em desenvolvimento, sofre com isso. Aqui um olhar sobre os países industrializados é muito instrutivo. Na sua maior parte, o comércio exterior desses países não é realizado com países muito distantes, mas com os vizinhos diretos. Por isso os países em desenvolvimento não deveriam continuar negligenciando o comércio com os seus vizinhos. Assim a OCDE estima que o comércio entre países do Hemisfério Sul apresenta, no segmento das mercadorias, uma parcela de 6% do comércio mundial, e uma parcela de 10% no segmento dos serviços.<sup>115</sup>

Em terceiro lugar, um olhar sobre os fatos apresenta um perfil substancialmente mais diferenciado da discussão em torno da eliminação do protecionismo comercial, do que as opiniões correntes sugerem. Sobre tudo os países em

---

114 Cf. [www.deine-stimme-gegen-armut.de](http://www.deine-stimme-gegen-armut.de)

115 OECD. South-South Service Trade. OECD Trade Policy Working Paper No. 39, 11 de outubro de 2006. Cf. [www.oecd.org/trade](http://www.oecd.org/trade)

desenvolvimento especialmente pobres não são de nenhum modo vítimas do protecionismo comercial dos países da OCDE, mas extraem desse protecionismo também um certo *benefício*, pois o comércio internacional foi distorcido em todos os países pela neutralização das forças do mercado. Mediante uma pletera de decisões políticas, tomadas não em último lugar para tornar menos vulnerável o protecionismo praticado pelos países industrializados, estes concederam a alguns produtos de países em desenvolvimento vantagens, às quais os países afetados se acostumaram, criando correspondentemente as suas próprias estruturas distorcidas. Ao mesmo tempo grupos de países em desenvolvimento são sempre jogados uns contra os outros com esse método. Por isso também alguns países em desenvolvimento deveriam contar, ao menos no início, com perdas em parte consideráveis, por ocasião de outros passos de liberalização.

Assim, por exemplo, a liberalização do comércio mundial de têxteis, ocorrida no início de 2005, coloca forçosamente também em cheque as vantagens concorrenciais de alguns países em desenvolvimento no setor têxtil, assentes em incentivos alfandegários. Por isso não é inteiramente sem razão que se coloca a pergunta, por que justamente os países pobres devem pagar um preço por desenvolvimentos falhos, pelo qual são responsáveis sobretudo os países industrializados. Mas com essa pergunta estamos novamente no familiar círculo vicioso das conferências internacionais de comércio, nas quais vige há bom tempo o lema mercantilista há muito refutado, segundo o qual as próprias exportações são em princípio boas, mas as importações em princípio lamentáveis. Por isso cada país envolvido procura extrair o maior número possível de vantagens para si e fazer um número tão reduzido de concessões aos outros países. Isso não pode levar a bom termo as negociações e contradiz também a convicção dos liberais, segundo a qual mesmo uma *abertura unilateral do mercado* sem exigência da reciprocidade a quem se abre surte efeitos positivos.<sup>116</sup>

O fato de que um livre comércio mundial também exige adaptações dos países em desenvolvimento, já serve em alguns lugares à justificação de renovadas intervenções contrárias ao mercado, destinadas a proteger, no sentido de um comércio mundial "justo" em vez de um comércio mundial livre, os países em desenvolvimento também no futuro contra os contratemplos da concorrência. A já mencionada Associação de Organizações Não-Governamentais Alemãs para a Política de Desenvolvimento (VENRO) vai muito longe nesse sentido. Reivindica mecanismos para segurar os preços das matérias-primas,

---

116 Cf. Milton Freedman & Rose Freedman. *Free to Chose. A Personal Statement*. San Diego, 1990, p.40 s.

a "indenização" dos países em desenvolvimento por flutuações de preços em matérias-primas, uma proibição da "liquidação" dos serviços públicos em países em desenvolvimento em benefício de grupos empresariais, uma negação do livre comércio "a expensas do meio ambiente", bem como genericamente o primado de tratados de proteção ambiental sobre tratados comerciais.<sup>117</sup>

Mas existem ainda outros problemas. Vários produtores africanos de carne como o Botsuana, a Zâmbia, o Quênia ou o Madagascar poderiam vender há muito tempo uma maior quantidade de produtos no mercado europeu. Ocorre que eles há muito tempo nem sequer conseguem esgotar as cotas às quais têm direito, pois não produzem carne na qualidade exigida para fornecimentos ao mercado europeu.<sup>118</sup> Mesmo no desmonte do protecionismo comercial no setor algodoeiro, que afeta especialmente diversos países na África Ocidental, o FMI adverte especialmente contra esperanças exageradas de que o Benin, a Gâmbia ou Burkina Faso somente se beneficiariam, segundo o FMI, caso implementassem *reformas* em casa, direcionadas para um aumento da competitividade, a liberalização e privatização.<sup>119</sup> Assim os países em desenvolvimento não se beneficiariam *automaticamente*, mesmo se o comércio internacional fosse efetivamente livre. Mesmo um livre comércio mundial não livraria os países pobres da necessidade de arrumar a própria casa. oportunidades melhores ajudam pouco, quando a gente não sabe usá-las.

O fim do protecionismo comercial é desejável por muitas razões, não em último lugar pelo fato comprovado de que um comércio intenso entre países fundamenta uma "paz capitalista" (Erich Weede).<sup>120</sup> Mas é improvável que a redução do protecionismo comercial nos países da OCDE seja a salvação do Mali, da Guiana ou do Nepal num futuro próximo.

## **Tese XV: Quem quer ajudar os países em desenvolvimento, suspende a ajuda ao desenvolvimento**

Alguns observadores, também do Terceiro Mundo, derivam dos erros e das omissões patentes da política de desenvolvimento a *conseqüência radical*,

---

117 VENRO-Positionspapier, p. 5, disponível no site: [www.deine-stimme-gegen-armut.de](http://www.deine-stimme-gegen-armut.de)

118 Cf. Marian Tupy. *Internal Barriers to Trade in the Developing World*, em: James Shikwati (ed.): *Reclaiming Africa*. Nairobi, 2004, p.33-48, dados nas p.39 s.

119 International Monetary Fund. *World Economic Outlook*. Washington, setembro de 2005, p. 50 s.

120 Erich Weede. *Balance of Power, Globalization and the Capitalist Peace*. Berlim, 2005 (Friedrich-Naumann-Stiftung, Ideas on Liberty 4).

exigindo a suspensão completa da ajuda para o desenvolvimento.<sup>121</sup> Querem que os habitantes de países em desenvolvimento simplesmente sejam permitidos a fazer "do seu jeito"<sup>122</sup>, sem nenhuma intromissão de fora, nem a mais benévola. Mas tais exigências radicais praticamente não têm oportunidades de realização no mundo real existente, pois um número demasiado grande de pessoas e instituições está interessado na continuação da política de desenvolvimento. Além disso a idéia, de que sem ajuda ao desenvolvimento os países pobres não conseguem desenvolver-se continua soando plausível aos ouvidos de grande parte da opinião pública. Até hoje o desejo de *ajudar pessoas que vivem na pobreza e miséria e de fazer "boas obras"* sobreviveu a todas, mesmo às melhor fundamentadas críticas da política de desenvolvimento, dos seus objetivos, órgãos executores e instrumentos.

Em oposição à idéia que a "indústria do desenvolvimento" aprecia difundir, de que a ajuda ao desenvolvimento é um bem especialmente ameaçado, dependente de uma opinião pública extremamente volátil, a realidade mostra que a concessão da ajuda a pobres e fracos corresponde, ao que tudo indica, a uma necessidade fundamental do ser humano. Quem condena a ajuda ao desenvolvimento integralmente, dificilmente alcançará seu objetivo. Na troca de ataques com aqueles que prometem aos idosos, doentes e às crianças a cura e redenção, os críticos da ajuda ao desenvolvimento, mesmo se as suas objeções podem ser superlativamente justificadas no seu mérito, aparentam ser com a maior facilidade pessoas miúdas, sem coração e infames. Por isso é mais promissor empenhar-se por *uma política de desenvolvimento mais qualificada*, isto é, *mais orientada segundo os princípios liberais*, do que propagar a abolição da política de desenvolvimento. O fato dos doadores não fazerem ouvidos moucos aos seus críticos, mas estarem dispostos a aprender com os seus erros, deveria facilitar a implementação da forma correta de política de desenvolvimento.

Não obstante, algumas modificações são imprescindíveis. Assim há dúvidas justificadas sobre se hoje ainda faz sentido ajudar a países que crescem rapidamente, como a República Popular da China e a Índia, que se engajam na tecnologia de navegação especial e concorrem com seus produtos e serviços

---

121 Um dos críticos terceiro-mundistas da ajuda ao desenvolvimento é James Shikwati de Quênia. Cf. seu artigo: *Fehlentwicklungshilfe. Mit eigenständigen Lösungen kann Afrika eine neue Rolle spielen*, em: Internationale Politik, abril de 2006, p. 6-15.

122 Eis a exigência de Dirk Maxeiner Et Michael Miersch em *Das Mephisto-Prinzip. Warum es manchmal besser ist, nicht gut zu sein*. Frankfurt/Main, 2001, p. 172.

com os países industrializados.<sup>123</sup> O mesmo vale para países emergentes como e.g. o México, a África do Sul ou a Malásia, que dispõem de consideráveis jazidas de matérias-primas e são há muito tempo a meta de investimentos substanciais no exterior. Aqui apenas a *transferência de conhecimento e de peritos* precisa estar em primeiro plano – de resto, cada vez mais nas duas direções e não como uma via de mão única. Ela deveria ser complementada pelo *intercâmbio cultural* com tais países. Uma boa forma de cooperação com eles consiste genericamente no reforço do *diálogo sobre problemas comuns*<sup>124</sup> e na manutenção de câmaras de indústria e comércio, departamentos de economia em embaixadas e agências privadas, que prestam consultoria a investidores estrangeiros e promovem o intercâmbio comercial.

Mas também lá, onde as transferências financeiras estão em tempo previsível no centro da política de desenvolvimento, essa ajuda pode ser usada de forma mais racional. Importa decisivamente que a ajuda para o desenvolvimento ocorra *no lugar certo, no momento certo e com os objetivos certos*. Isso pressupõe num primeiro momento uma redução dos objetivos globais da política de desenvolvimento, muitas vezes demasiado ambiciosos, a concentração no que realmente é essencial para o desenvolvimento, um enxugamento dos campos temáticos tratados e uma melhoria dos mecanismos de controle e monitoramento. Mas isso exige também uma escolha muito cuidadosa, transparente e compreensível dos países afetados. Países que se caracterizam por uma "má governança", o desrespeito aos direitos humanos, uma atitude agressiva diante dos vizinhos, um elevado grau de corrupção, a falta de vontade para a solução dos seus próprios problemas, isto é, para citar um exemplo, pela falta de disposição para a implementação de reformas na direção da economia de mercado, não prometem um uso efetivo nem eficiente da ajuda para o desenvolvimento e dificultam a sustentabilidade. Por isso deveriam ser riscados da lista dos beneficiários, excetuada a ajuda emergencial de prazo fixo em situações de crises agudas, bem como na área da saúde e do fomento da democracia – desde que os recursos empregados para tal fim não sejam empregados abusivamente para fins de preservação do poder dos responsáveis pela política.

---

123 De acordo com as suas próprias informações, a China apresentou em junho de 2006 reservas de divisas do montante de 941,1 bilhões de dólares. Era assim o maior proprietário de divisas do mundo. Cf. *Weiterhin rasantes Wachstum in China. Erstes Halbjahr bringt ein BIP-Plus von 10,9 Prozent*, em: Neue Zürcher Zeitung de 19 de julho de 2006.

124 Nessa direção aponta a concepção dos "países-âncora", desenvolvida pelo Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da República Federal da Alemanha. Cf. Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung. *BMZ Spezial. Ankerländer – Partner für globale Entwicklung*. Ein Positionspapier des BMZ. Bonn, 2004.

Somente assim a política de desenvolvimento terá *credibilidade*. Somente assim será possível justificar transferências financeiras. Ao mesmo tempo cria-se estímulos para a melhoria da situação no país afetado. Os tempos, nos quais as elites políticas irresponsáveis podiam transformar a sua própria população em *reféns* da sua política, deveriam poder ser considerados definitivamente passados. Todas essas exigências não são novas. São há muito tempo aceitas verbalmente por muitas pessoas que trabalham na "indústria do desenvolvimento". Mas na prática ainda se age freqüentemente de forma diferente.

Com relação aos países em desenvolvimento deveria ser praticado o princípio "Fomentar e exigir": quem dá recursos, também tem o direito de fiscalizar o seu uso com vistas aos acordos previamente celebrados e, se for o caso, impor sanções. Os países em desenvolvimento, que nos últimos tempos prometeram muitas melhorias na área da sua competência, devem ser tomados ao pé da letra, seus déficits devem ser mencionados sem reservas. Somente assim será possível iniciar um autêntico *diálogo* entre os doadores e os beneficiários.

Ao mesmo tempo deve-se examinar onde a cooperação privada para o desenvolvimento não apenas pode complementar, mas também substituir a ajuda pública para o desenvolvimento. Áreas como a infra-estrutura nos países em desenvolvimento ou a melhoria dos seus sistemas de ensino exigem recursos que superam as possibilidades dos Estados individuais. Já hoje é espantoso o que as instituições privadas fazem justamente também em favor dos pobres, e.g. no âmbito da educação.<sup>125</sup> Inversamente, os serviços prestados pelos governos e pelas instâncias estatais muitas vezes não convencem em várias áreas. Por isso esses serviços deveriam tornar-se objetos da *parceria entre o setor privado e o Estado* (na forma de *Private Public Partnerships*), mediante inserção de grandes instituições de crédito como o Banco Mundial, deixando, no futuro, de ser um objeto da ajuda para o desenvolvimento prestada pelo Estado nacional, contanto que não fosse mais indicado deixá-los nas mãos de ofertadores privados. Evidentemente precisamos lançar também aqui uma advertência: a parceria, hoje genericamente apreciada, entre Estado e setor privado não pode transformar-se em pretexto para que o Estado interfira, se possível, em todas as áreas, evitando assim a privatização, a desregulamentação e a desestatização.

Não obstante, remanesce um número suficiente de áreas para o financiamento pela *ajuda estatal para o desenvolvimento*. A elas pertencem e.g. a formação e

---

125 Cf. James Tooley. *Could the Globalisation of Education Benefit the Poor?* Sankt Augustin, 2004 (Friedrich-Naumann-Stiftung, Occasional Paper 3).

o armamento de forças de segurança, a criação de administrações públicas eficientes, também no setor de impostos e finanças, a ajuda na criação de um Judiciário independente ou a formação de peritos, que podem, para citar um exemplo, participar de negociações internacionais complexas como a rodada de Doha. A consultoria de partidos políticos e a intermediação da formação política aos seus dirigentes, a consultoria técnica de instituições governamentais, especialmente com vistas a reformas políticas, mas também a consultoria de organizações e instituições da sociedade dos cidadãos bem como o intercâmbio de cientistas, professores e estudantes universitários poderiam ser outros campos de atuação inteligente. Todas essas medidas deveriam visar a produção de condições gerais adequadas para o crescimento e desenvolvimento e servir em primeiro lugar à transmissão do conhecimento e do *know-how*.

Por fim, os países industrializados poderiam prestar uma contribuição importante para o desenvolvimento do Terceiro Mundo, *mantendo arrumada a sua própria casa* e comportando-se de modo a manter a credibilidade em assuntos referentes à política de ordenamento. Os países em desenvolvimento necessitam de modelos que se orientam segundo os princípios liberais e não cedem a impulsos populistas. Um olhar sobre a República Federal da Alemanha mostra que muitos doadores de recursos nem sempre cumprem essa função de modelo de modo convincente.



## Siglas

|        |  |
|--------|--|
| AIDS   | Acquired Immune Deficiency Syndrome  |
| BMZ    | Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung [Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento]                              |
| CEPAL  | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  |
| DAC    | Development Assistance Corporation Directorate   |
| FDI    | Foreign Direct Investment  |
| FMI    | Fundo Monetário Internacional  |
| HIPC   | Heavily Indebted Poor Countries  |
| HIV    | Human Immunodeficiency Virus   |
| MDGs   | Millennium Development Goals   |
| OCDE   | Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento  |
| ONG    | Organização Não-Governamental  |
| ONU    | Organização das Nações Unidas  |
| RDA    | República Democrática Alemã  |
| UE     | União Européia   |
| UNCTAD | United Nations Conference on Trade and Development   |
| VENRO  | Verband Entwicklungspolitik deutscher Nichtregierungsorganisationen e.V. [Federação da Política de Desenvolvimento das Organizações Não-Governamentais Alemães]. |

